



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Mariana Viana da Silva

**USO DE PSICOATIVOS NA GRADUAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A
REALIDADE DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso

MARIANA/MG

2019

Mariana Viana da Silva

**USO DE PSICOATIVOS NA GRADUAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A
REALIDADE DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.a. Me. Rafaela Bezerra Fernandes

Mariana/MG

2019

S586u Silva, Mariana Viana da .
Uso de psicoativos na graduação [manuscrito]: uma análise sobre a realidade do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas / Mariana Viana da Silva. - 2019.

71f.: il.: graf.

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Rafaela Bezerra Fernandes.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Capitalismo - Teses. 2. Alucinógenos - Teses. 3. Universidade Federal de Ouro Preto - Teses. 4. Educação - Aspectos políticos - Teses. 5. Política social - Teses. I. Fernandes, Rafaela Bezerra . II. Universidade Federal de Ouro Preto.

CDU: 304.4(815.1)

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

USO DE PSICOATIVOS NA GRADUAÇÃO:
UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

MARIANA VIANA DA SILVA

ORIENTADORA: RAFAELA BEZERRA FERNANDES

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 11/07/2019



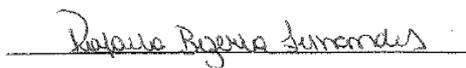
Profa. Me. Alessandra Ribeiro de Souza

(Membro da banca)



Me. Paula Silva Leão

(Membro da banca)



Profa. Me. Rafaela Bezerra Fernandes

(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Kátia e Sérgio, por sempre apoiarem meus sonhos, acreditarem no meu potencial e viverem comigo a importância desses momentos.

Ao meu irmão Richely por me dar força e saber das dificuldades enfrentadas.

Aos meus padrinhos Cássia e Danilo por todo apoio à minha educação e aos meus anseios desde sempre.

À toda a minha família por entenderem que a distância se fez necessária e que seria por um motivo nobre.

Agradeço aos meus amigos de UFOP, em especial a Isabela Carolina, que entendem essa batalha como ninguém e que me deram amparo nas horas mais emergentes. Também aos amigos que conquistei na cidade de Mariana e que fizeram essa fase ser mais amável. Agradeço aos Centros Acadêmicos dos cursos do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas que se dispuseram em me auxiliar nas pesquisas de uma forma grandiosa.

Um agradecimento àquela que mesmo não estando presente em vida estará para sempre no meu coração, à minha melhor amiga Scarlet, por todos ensinamentos, pelo apoio e por continuar nos tocando tanto com sua história. Te amo para sempre.

Agradecimento especial à Assistente Social Bruna Stelamares, que como supervisora de Estágio fez com que essa fase fosse de extremo aprendizado com a possibilidade de que a conexão com a profissão fosse mais transformadora, agradeço não somente pela supervisão mas também pela amizade, carinho, cuidado e confiança que depositou em mim. Agradeço a todos os funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Ouro Branco que me ensinaram todos os dias um pouco sobre a vida de forma geral, vocês marcaram minha história.

Aos mestres que complementaram e fizeram dessa graduação um período de expandir os horizontes e ensinaram muito sobre a vida e essa profissão. Especialmente agradeço à professora Rafaela Bezerra pela dedicação e paciência essencial nesse momento.

E a todos que fizeram parte desse processo, direta ou indiretamente, para que essa conquista viesse à tona.

*Eu quero desaprender para aprender de novo
Raspar as tintas com que me pintaram
Desencaixotar emoções, recuperar sentidos.
(Rubem Alves)*

RESUMO

Este trabalho propõe-se a discutir o uso de psicoativos durante a trajetória acadêmica a partir de pesquisa desenvolvida junto aos discentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, situado na cidade de Mariana/MG. Para tanto, inicia sua análise a partir da problematização acerca da configuração do capitalismo e sua dimensão de dependência que perfaz a formação sócio-histórica brasileira produzindo rebatimentos sobre a construção e consolidação das políticas sociais no território nacional, além de resgatar brevemente o percurso histórico da política de educação no tocante ao ensino superior, ressaltando seus pressupostos e desafios. Juntamente ao universo de necessidades engendrado pelo capitalismo, analisou-se as substâncias psicoativas como meio de sanar diversos problemas, angústias e imposições que o ambiente universitário e o sistema capitalista como um todo produzem sobre a vida dos sujeitos.

Palavras-Chave: Capitalismo; Psicoativos; Universidade Pública Federal; Política de Educação.

ABSTRACT

This paper proposes to discuss the use of psychoactive substances during the academic career based on research developed with students from the Institute of Applied Social Sciences of the Federal University of Ouro Preto, located in the city of Mariana/MG. To this end, it begins its analysis based on the problematization of the configuration of capitalism and its dimension of dependence that makes up the Brazilian socio-historical formation, producing repercussions on the construction and consolidation of social policies in the national territory, in addition to briefly rescuing the historical path of education policy regarding higher education, emphasizing its assumptions and challenges. Together with the universe of needs engendered by capitalism, psychoactive substances were analyzed as a means of solving various problems, anxieties and impositions that the university environment and the capitalist system as a whole produce on the lives of subjects.

Keywords: Capitalism; Psychoactive; Federal Public University; Education Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior

CEBRID – Centro Brasileiro De Informações Sobre Drogas Psicotrópicas

CT – Comunidade Terapêutica

ENEM – Exame Nacional De Ensino Médio

FONAPRACE – Fórum Nacional De Pró-reitores De Assuntos Comunitários E Estudantis

ICHS – Instituto De Ciências Humanas E Sociais

ICSA – Instituto De Ciências Sociais Aplicadas

IES – Instituição De Ensino Superior

IFES – Instituições Federais De Ensino Superior

INCA – Instituto Nacional Do Câncer

INEP – Instituto Nacional De Ensino E Pesquisa

LDB – Lei De Diretrizes E Base

MEC – Ministério Da Educação

NACE – Núcleo De Assuntos Comunitários Estudantis

OMS – Organização Mundial De Saúde

PDE – Plano De Desenvolvimento Da Educação

PRACE – Pró-reitoria De Assuntos Comunitários E Estudantis

PRONATEC – Programa Nacional De Acesso Ao Ensino Técnico E Emprego

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

REUNI – Programa De Apoio A Planos De Reestruturação E Expansão Das Universidades Federais

SENAD – Secretaria Nacional De Políticas Sobre Drogas

SISNAD – Sistema Nacional De Políticas Públicas Sobre Drogas

SNC – Sistema Nervoso Central

SPA – Substâncias Psicoativas

UFOP – Universidade Federal De Ouro Preto

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos discentes

Gráfico 2 - Porcentagem de participantes por curso do ICESA/UFOP

Gráfico 3 - Uso de álcool e tabaco

Gráfico 4 - Uso de substâncias ilícitas

Gráfico 5 - Frequência do uso de substâncias ilícitas

Gráfico 6 - Efeitos sentidos após o uso de substâncias

Gráfico 7 - Prejuízos na saúde física e/ou mental a partir do uso de substâncias

Gráfico 8 - Uso de substâncias para aliviar tensões, ansiedades, aflições

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	10
<u>CAPÍTULO I – A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: PENSANDO A UNIVERSIDADE PÚBLICA NA REALIDADE BRASILEIRA</u>	12
<u>1.1 Reflexões sobre o lugar do trabalho na sociabilidade burguesa</u>	12
<u>1.1.1 - A configuração das políticas sociais no capitalismo dependente: elementos da formação sócio-histórica brasileira</u>	18
<u>1.2 - Breve resgate do percurso das políticas de educação: da década de 1990 ao REUNI</u>	20
<u>1.3 - Desdobramentos do REUNI nas Universidades Públicas Federais</u>	25
<u>1.3.1 - A realidade no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFOP</u>	29
<u>CAPÍTULO II - O DEBATE EM TORNO DO USO DE PSICOATIVOS E A DIMENSÃO DE SEU USO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO</u>	31
<u>2.1 - Proibicionismo: sua dimensão ideológica e o lugar do Estado nesse debate</u>	31
<u>2.2 - Panorama contemporâneo do uso de psicoativos: o que propaga a mídia?</u>	39
<u>2.3 - Uso de psicoativos na trajetória universitária: análise sobre o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto</u>	46
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	60
<u>APÊNDICE A</u>	65
<u>APÊNDICE B</u>	66

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema o uso de psicoativos na graduação, tendo como recorte específico o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo uma problemática que envolve toda a sociedade brasileira, reproduzida de diversas formas, envolvendo cada vez mais a realidade de jovens, principalmente em face do sistema capitalista e suas determinações. A pesquisa foi motivada a partir da minha inserção enquanto discente no referido instituto da Universidade Federal de Ouro Preto onde foi possível notar a recorrência do uso de algumas substâncias durante a trajetória acadêmica. Outra razão que despertou interesse pelo tema deu-se por se tratar de um assunto que envolve a disputa de ideologias e se relaciona com diversas questões morais, éticas, políticas, culturais e econômicas.

Dados comprovam que o uso de psicoativos (drogas) se tornam maiores e com relações de idade e gênero bem expressivas. A relação do uso de substâncias psicoativas (SPAs) na sociedade são relatados pela Organização Mundial da Saúde no Relatório sobre a Saúde no Mundo de 2002, que mostra que o tabaco representava 4,1% e o álcool 4% da porcentagem das doenças globais que assolam o mundo. De acordo com o “I Levantamento Nacional Sobre O Uso De Álcool, Tabaco E Outras Drogas Entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras” (2010), a estimativa é de que “200 milhões de pessoas no mundo façam uso de alguma substância ilícita”, número alarmante dentro da sociedade e que, por essa razão, requisita estudos e reflexões críticas acerca da temática. Na população brasileira foi constatado o uso de substâncias psicoativas na vida de 22,8% da população brasileira (SENAD, 2010).

O ambiente universitário contém implicações das mais diversas ordens. Entender o primeiro contato desses estudantes com as SPAs se faz necessário para compreender os elementos que corroboram para seu uso e o lugar que a universidade assume no início ou reforço de tais práticas. A estigmatização dentro da sociedade é cada vez maior e sustentada pelo proibicionismo e aquilo que é desconhecido traz consequências alarmantes por ter seus fundamentos de existência e ocorrência negligenciados. Estudar sobre drogas, discutir, entender sua relação é cada vez mais importante.

Como forma de metodologia foi utilizado levantamento bibliográfico acerca do estado da arte sobre o tema, notícias veiculadas na mídia, além de acesso a documentos e

legislações atinentes ao assunto em foco. Também foi aplicado um questionário através da plataforma google formulários e divulgada por e-mail aos alunos do ICSA, que foram convidados a participarem através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido anexado ao questionário enviado, a fim de analisar de forma particular algumas correlações do uso de psicoativos no ambiente universitário. A pesquisa teve um caráter quanti-qualitativo levando em consideração as subjetividades dos sujeitos participantes e também dos dados numéricos que foram analisados a partir dos gráficos expostos.

A pesquisa foi dividida em dois capítulos. O primeiro aborda os elementos do capitalismo contemporâneo, sua dinâmica sob a lógica neoliberal e como todo o processo produtivo que conforma esse sistema coloca a classe trabalhadora em patamar de desigualdade, especialmente num território como o Brasil que tem em seu lastro a heteronomia e a dependência, cujos desdobramentos podem ser verificados nas particularidades de configuração das políticas sociais aqui constituídas, com ênfase na trajetória da política de educação.

O segundo capítulo analisa como o uso de psicoativos se dá no capitalismo contemporâneo a partir da ideologia do proibicionismo. Foi feito um levantamento para entender como a mídia, com sua dimensão de influência, propaga a percepção do uso de substâncias psicoativas, sua comercialização e a relação do Estado com tais processos. Discute-se também como o uso de psicoativos é visto no âmbito educacional, entrando aí o recorte específico do ICSA na UFOP e por fim a análise dos dados coletados a partir dos 218 questionários respondidos pelos estudantes do campus.

A relevância de tal estudo se dá pela necessidade de discutir sobre as substâncias psicoativas, por incitar o debate com relação às peculiaridades que envolve esse uso, da particularidade do uso nas universidades que é um ambiente de muito conflito, e principalmente nas relações sociais no capitalismo contemporâneo e no território no qual estamos inseridos, onde o proibicionismo como ideologia surge nas mais diversas ordens, cada vez mais segregando os indivíduos pelo recorte de raça, gênero e classe social.

CAPÍTULO I – A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: PENSANDO A UNIVERSIDADE PÚBLICA NA REALIDADE BRASILEIRA

1.1 Reflexões sobre o lugar do trabalho na sociabilidade burguesa

A lógica capitalista nos ronda em todas as determinações da vida, seja no trabalho, na cultura, na educação, no lazer e, assim sendo, nas relações sociais como um todo. O capitalismo traz em suas engrenagens uma contradição patente entre capital e trabalho. Esta contradição tem como fundamento a produção coletiva da riqueza contraposta pela apropriação privada do resultado de tal produção. Netto e Braz pontuam acerca dessa contradição conforme podemos ver a seguir:

Recapitulemos: o capitalista não procede a nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas — paga-lhe, mediante o salário, o valor da força de trabalho (isto é, o valor da soma dos valores necessários à produção/reprodução do trabalhador). Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; e desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo. (NETTO; BRAZ; 2007, p. 106)

Toda essa exploração se expressa no dia a dia da classe trabalhadora de forma latente. Os indivíduos buscam constantemente uma suposta melhoria de vida, que na sociabilidade capitalista é frustrada ao se chocar com a exploração da inserção no mercado de trabalho e a necessidade cada vez mais ampliada da especialização da mão de obra disponível.

O capitalismo contemporâneo, temporalidade do sistema capitalista aqui em foco, se configura após os anos 1970 com a queda das taxas de lucro a partir da derrocada do pacto Keynesiano/Fordista¹ e do desmantelamento do Estado de Bem Estar Social². Como forma de enfrentamento a mais uma crise estrutural e intrínseca às engrenagens do capital viu-se a necessidade de uma reestruturação produtiva acompanhada de um amplo processo definanceirização (mundialização do capital) que se consolida com o suporte da ascensão do Estado Neoliberal para que a ameaça de perda da hegemonia do capital não se materializasse.

¹Keynesianismo/Fordismo foi o modelo de produção capitalista implementado no período pós Segunda Guerra Mundial no intuito de acelerar a economia que haviam sido abaladas com a crise de 1929 e o fim da Segunda Guerra. A ideia era incentivar o consumo e trazer uma “onda longa e expansiva do capital” nas palavras de NETTO e BRAZ (2006).

²Estado de Bem-Estar Social foram os chamados “anos dourados” do capital vivenciado nos países capitalistas centrais. Após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial o capital viu a necessidade de expandir suas formas e contornar a crise. Criaram assim, junto com a estratégia keynesiana/fordista, mecanismos de enfrentamento, como o pleno emprego e altas taxas de consumo que compensassem a superprodução, criando assim a ilusão da plena cidadania e um capitalismo democrático.

O Estado em sua face neoliberal surge com o intuito de legitimar um Estado pouco interventor na esfera no campo social, sendo contraditoriamente um forte e indispensável interventor no circuito de valorização ampliada do capital. Nas palavras de Marx, “o Estado é o comitê executivo da burguesia”.

Pode-se dizer que a cada etapa do capitalismo há uma adequação do Estado para que responda às alterações ocasionadas por esta forma de produzir em seus diferentes estágios, contribuindo para a expansão do capital. Sob esse efeito, o Estado é regido pela lógica do capital prevalecendo os setores dominantes da economia em detrimento da efetivação dos direitos sociais conquistados pela população. (DALLAGO, 2010, n.p.)

A financeirização vem como alternativa de tornar os fluxos econômicos em esfera mundial, isto é, alimentando uma busca incessante do capital em explorar novos nichos, buscando mão de obra barata e formas ampliadas de exploração de matéria-prima. A financeirização traz em sua composição o capital financeiro/fictício, sendo aquele que falseia a ideia de que é possível gerar mais-valia sem tornar-se necessário passar pelo processo produtivo. Um exemplo disso são os juros bancários que rendem aos banqueiros um montante exorbitante de dinheiro carregando a ilusão de que o próprio dinheiro é capaz de produzir o mais-valor associado à implicação da força de trabalho sobre alguma mercadoria.

Neste cenário, a reestruturação produtiva apresenta-se como uma necessidade de suprir os déficits causados pelo esgotamento do modelo de produção anterior e cuja resposta vem a partir da implementação do Toyotismo, baseado na flexibilização na produção estruturada a partir da demanda pautada pela diversificação dos produtos, automatização dos processos produtivos e requisição crescente do trabalhador polivalente. Para que a reestruturação fosse completa foram necessárias transformações muito significativas no mundo do trabalho, que resultaram em marcas e efeitos que se fazem presentes na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da nossa sociedade até o tempo presente.

O toyotismo, assim também chamado de *acumulação flexível* flexibilizou os processos de trabalho e os direitos dos trabalhadores foram reforçados ao patamar de segunda ordem. Enquanto parte deste movimento mais amplo, os sindicatos, protagonistas na defesa dos direitos e demandas dos trabalhadores, foram enfraquecidos enquanto estratégia ideológica para que as medidas legais cabíveis para a redução dos direitos dos trabalhadores fossem possíveis de serem executadas. Neste cenário, cria-se a necessidade de um trabalhador polivalente, aquele que possa executar diversas tarefas e se colocar cada vez mais dedicado ao seu trabalho, tornando-se assim um cidadão que possa consumir mercadorias, podendo retroalimentar cada vez mais o funcionamento do modo de produção capitalista.

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente àquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**. (NETTO, BRAZ, 2006, p.237).

O Estado neoliberal tem como característica a intervenção mínima no âmbito dos direitos sociais, com isso as políticas sociais com relação às esferas como a saúde, educação (a qual discutiremos mais à frente), habitação, dentre outras, ficam cada vez mais precárias. As políticas sociais se encontram cada vez mais focalizadas, isto é, seletivas e com perda do seu caráter universal, crescentemente privatizadas colocando o acesso aos direitos em uma dualidade discriminatória entre os que podem ou não pagar pelos serviços, dependendo disso a possibilidade do acesso.(BEHRING, BOSCHETTI. 2007).

Outro ponto não menos importante e que aqui faz-se necessária a discussão é sobre a meritocracia que envolve o discurso quanto ao desenvolvimento de vida de cada indivíduo no estágio do capitalismo maduro sob o prisma do neoliberalismo. A meritocracia se faz presente com relação ao nível de acesso do ser social àquilo que surge no cotidiano enquanto necessidades. O acesso ao ensino superior é um exemplo clássico, no qual cada indivíduo tem capacidades subjetivas, que não são reduzidas pelas objetividades da sua vida, de acessar o ensino superior, seja ele por meio público, privado, com suporte ou não de financiamentos e/ou bolsas.

Nesta perspectiva, o direito à educação também assume a dimensão de mercadoria. A regulação da vida pelo mercado e a coisificação de tudo, inclusive para suprir necessidades humanas básicas, afetam diretamente as relações sociais, isto é, a vida passa a ser guiada diretamente com a criação daquilo que se torna necessidade dentro no sistema capitalista neoliberal. O que interessa ao capital é poder fazer girar as engrenagens do sistema, se sobrepondo acima de qualquer necessidade social discutida.

O capitalismo tem como corolário a desigualdade social, desigualdade essa que, com o passar dos anos, se torna cada vez mais agravada. O modo de produção capitalista reproduz uma falsa noção de que quanto mais elevada a produção de mercadorias o acesso a elas seriam igualitários, porém há como característica fundante desse modo de produção de impedir que a massa de trabalhadores tenham acesso à “riqueza socialmente produzida” e até mesmo ao mundo do trabalho. Os avanços tecnológicos, os investimentos na ciência ocorrem com a mesma velocidade em que o acesso a tudo aquilo que se produz a partir desses é negado a partir do empobrecimento da classe trabalhadora (MOTA. 2010).

Como modo de minimizar os efeitos da grande desigualdade engendrada por este sistema é que se constituem as políticas sociais a fim de atender às demandas imediatas da população e conter as ideias contraditórias ao sistema.

No contexto político em que nos encontramos orientado pelo ideário neoliberal, amplia-se a desresponsabilização do Estado com relação aos direitos sociais. Com isso, uma onda de culpabilização se forma na esfera social. As famílias são colocadas como centrais no que diz respeito ao cuidado com seus membros, então, tudo aquilo que acontece com os indivíduos são de responsabilidade e culpa deles mesmos. A busca de conquistar aquilo que é negado ao trabalhador entra em cena: a necessidade de pertencer à sociedade do consumo. A busca por esse pertencimento afeta diretamente as relações sociais entre os indivíduos. As necessidades mudam, os ideais passam do ser para o ter, quanto mais se tem mais se pode ter, a visão de que na vida para se ter liberdade necessita da propriedade privada.

Diante disso a sociedade passa a disputar espaço, cada passo dado para que uma relação social seja efetivada existe uma busca por interesse.

Marx problematiza que o fetiche da mercadoria é fazer com que relações entre homens pareçam relações entre coisas, porque a mercadoria é produzida pelo trabalhador, mas levada ao mercado como uma coisa apartada dele, como posse daqueles que possuíam os meios de produção. São relações aparentemente de troca que não permitem que sejam percebidas as relações de produção. (FREITAS, 2017, p. 145)

Se relacionar está na natureza do ser social e é uma necessidade primordial. A relação com o capital é exploratória e dá ao homem uma suposta liberdade de escolha e de melhoria de vida com o acesso ao trabalho. Porém, ao mesmo tempo em que o trabalho no modo de produção capitalista coloca o homem como consumidor, ele viola o seu acesso ao lazer, à saúde e dentre outros. As relações sociais são pautadas pelo sistema capitalista que, de forma direta, coloca o seu caráter alienante na vida do indivíduo social, reforçando, assim, cada vez mais a perspectiva individualista.

O indivíduo é colocado no seu trabalho para produzir e desenvolver aquilo que gera lucro a um terceiro sem que possa se apropriar daquilo que é socialmente produzido. É funcional ao Estado que cada vez mais a sociedade relacione-se de forma cada vez mais mercantilizada, para que assim a verdadeira reprodução do modo capitalista de produção seja aglutinado em todos os aspectos da vida. Na educação, na saúde, no lazer, na habitação, nas relações sociais, na vida cotidiana, tudo se torna uma vinculação direta com o mercado. Com isso cria-se uma concepção de objetificação com relação ao ser social, perde-se em alguns a perspectiva de uma sociedade pensante, crítica e torna-se uma sociedade mais voltada ao consumo. Isto é, cria-se um fetichismo com relação às necessidades do ser social que passa a

ser regida pelo capitalismo em sua maior esfera de influência na vida dos indivíduos na sociedade.

Discutindo sobre a influência do capital na vida dos indivíduos faz-se aqui importante a discussão sobre as necessidades dos seres humanos. Nos tempos mais remotos o ser humano tinha como atividade para sobreviver caçar o seu alimento, construir seu abrigo, defender-se sozinho dos seus inimigos, todas essas necessidades primárias para sobrevivência. No decorrer do tempo, a partir do desenvolvimento de suas habilidades o ser humano começou a abandonar suas práticas mais primitivas e foi mudando, de acordo com o desenvolvimento da sociedade, suas necessidades. Um exemplo foi a descoberta do fogo que fez com que o homem tornasse como necessidade algo que antes não era usado para tal finalidade. No desenvolvimento do homem em sociedade diversas barreiras vão sendo quebradas e o desenvolvimento das forças produtivas torna-se ampliada.

O desenvolvimento do trabalho traz à tona o ser social como pontuado por Lukács. Com isso o atendimento de necessidades torna-se constitutivo do ser em sociedade, pois é com esse trabalho que o indivíduo atende suas vontades e sana seus prazeres e necessidades. Porém com o advento do capitalismo toda essa visão do trabalho em prol do atendimento de suas necessidades toma uma nova roupagem. Com a necessidade da apropriação dos meios de produção, da propriedade privada e da busca incessante pela mais-valia³ o trabalho assume uma nova dimensão. A necessidade de lucro incessante fez com que o capitalista se envolvesse no processo de exploração do trabalho produzido pela classe trabalhadora. Isto é, o trabalhador produz uma mercadoria, sendo essa para atender qualquer necessidade seja provinda do “estômago ou da fantasia” (MARX, 1996, p. 165), na qual ele não pode ter acesso à riqueza gerada pela venda dessa mercadoria, já que o capitalista é o detentor desse valor acrescido.

Os anseios da vida podem ser autênticos ou alienados influenciando nas escolhas dos indivíduos, ou seja, as necessidades apontadas pelos indivíduos são motivadas pelas tendências objetivas, produzindo um aparato limitado de alternativas. criando assim um “sistema de necessidades socialmente produzidas” (BRITES, 2017, p. 51)

Existe na sociedade a necessidade de realizar sonhos, sonhos estes que muitas vezes são colocados à prova quando se chocam com a realidade da classe trabalhadora. A realização da aquisição de uma casa própria, do acesso ao ensino superior, de um carro, de um bom emprego, de estabilidade financeira se tornam metas de vida de muitos. Grande parcela da

³ Para mais sobre “mais-valia” consultar NETTO e BRAZ capítulo 6, página 142 a 153.

sociedade segue a vida em prol dessas realizações que muitas vezes são realizações que atendem necessidades básicas, como comer, morar, estudar, ter saúde de qualidade, se vestir. Porém dentro dessa mesma linha a sociabilidade transforma a mercadoria como também para satisfazer a imaginação, a mente, o ego. São desenvolvidos estilos de vida a serem almejados. A partir da mídia, um dos meios mais poderosos de influência na sociedade, são criadas formas de colocar o sujeito como capaz de alcançar aquilo que ele deseja, desde que ele se esforce ao máximo, já que a meritocracia faz-se presente como discutido no item anterior.

Uma proposta de realidade como esta coloca o indivíduo pertencente à classe trabalhadora em um patamar de sonho inalcançável ou muitas das vezes de esforços sobre-humanos para que consiga um lugar de reconhecimento mínimo na sociedade pautada pelo consumo. Como forma de tornar as vontades alienadas dos indivíduos mais autênticas possíveis cria-se um controle das alternativas, isto é, tudo se torna mercadoria que vai se atualizando de acordo com a lei da oferta e da procura. Um exemplo são os celulares smartphones, eles são criados, vão para o mercado e se tornam obsoletos rapidamente para que se crie a necessidade de comprar um mais avançado para suprir necessidades que foram criadas de acordo com a atmosfera de opções que foram impostas pelo capitalismo.

A saúde é um ótimo exemplo de como as alternativas vão se esgotando até que, nesse caso, muitas das vezes, se torne uma real necessidade o consumo. A saúde pública vem se tornando cada vez mais sucateada e de difícil acesso, assim, a forma encontrada para que a saúde se tornasse uma mercadoria foi que os investimentos do Estado na saúde fossem sendo exauridos e o investimento nas parcerias público/privado tomassem cada vez mais espaço no país, forçando assim com que os sujeitos pagassem para ter o direito do acesso à saúde de forma mais completa. A educação também entra nesse rol com a precarização das universidades públicas e gratuitas acompanhada do investimento massivo na educação a distância e privada.

A partir dos elementos levantados vê-se o reforço, cada vez mais forte, da reprodução do modo de vida perpetrado pela sociabilidade burguesa. Os meios de comunicação se colocam à disposição do sistema, do Estado e dos poderes, tudo em prol de uma ideologia fetichizada. A busca pelo reconhecimento como cidadão se torna ligado diretamente com o seu poder aquisitivo, isto é, quem tem poder de compra, seja ele mínimo, se sente incluído, sem perceber que pelo mesmo complexo que o faz acreditar nessa inclusão o exclui a cada necessidade que passa de uma possibilidade para uma realidade, cria-se outra necessidade cada vez mais distante da classe trabalhadora.

Esse modo de produção esgota as possibilidades coletivas de vida digna aos trabalhadores impondo formas de pensar e agir, excluindo aqueles que dessa forma se recusam a viver.

Diante disso se impõe a necessidade de dialogar com relação aos ambientes em que possa haver discussões que nos trazem às reflexões sobre essa realidade, onde possam ser discutidas formas de superação de uma ordem tão degradante, constituindo-se um desses ambientes o educacional, mesmo com toda força de influência do capital que já perpassa esses espaços⁴.

1.1.1 - A configuração das políticas sociais no capitalismo dependente: elementos da formação sócio-histórica brasileira

A América Latina passou por diversas particularidades na constituição do capitalismo. Por serem colônias de exploração, antes mesmo do sistema capitalista se constituir como tal, essas regiões sofreram e sofrem com as consequências desse processo histórico. A exploração das riquezas dessas regiões trouxe o enriquecimento das metrópoles, que contou com a escravização de seus povos e de seus territórios. Tais regiões sofreram uma relação inversa a de acumulação, por serem desapropriados daquilo que teria valor, para as metrópoles poderem acumular e gerar mais riquezas a partir do acúmulo primitivo no processo de civilização (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

A consolidação do capitalismo veio a partir do século XIX com o advento da industrialização na Inglaterra. Com isso mais uma vez o território latino-americano tornou-se espaço fértil de exploração, seja de matéria-prima, seja de mão-de-obra barata, constituindo-se, enquanto processo, nichos das grandes indústrias. A subalternidade da América Latina à economia internacional é um dos traços mais fortes, mostrando que a exploração da força de trabalho de forma mais intensa nessa região choca-se com a impossibilidade de um mercado de consumo nacional.

Em seu ensaio *Dialética da Dependência*, Marini (2000) apresenta os mecanismos que determinam a produção e a reprodução de capital em escala ampliada, partindo das relações estabelecidas entre países centrais e países periféricos, e apontando suas consequências sobre a organização das sociedades dependentes. Segundo o autor, são estabelecidas relações comerciais que se baseiam em um sistema de trocas desfavoráveis, reatualizando permanentemente os termos do intercâmbio desigual. (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 155).

⁴ No tópico 1.2 será explanado um pouco sobre o direito à educação neste sistema e o papel da universidade pública no contexto contemporâneo.

Com o incremento das inovações tecnológicas tem-se como desencadeamento uma aceleração nos meios de produzir. Com isso houve a expulsão de grande parte da mão de obra fabril, criando assim um enorme contingente de desempregados, o que Marx classifica como exército industrial de reserva, que passa a ocupar, igualmente com limites, o mercado informal dentro da sociedade. Esse mercado informal é uma característica perene com relação à América Latina, que de acordo com dados apresentados pela EFE, Agência Internacional de Notícias espanhola (2019) o território abrange o percentual de mais de 8% de desempregados, sendo que 53% dos empregados fazem parte do mercado informal. A superexploração da força de trabalho e o distanciamento da capacidade de consumo dessas regiões reforçam cada vez mais a relação de dependência com os países de capitalismo central.

As políticas sociais tiveram sua constituição de forma muito particular na América Latina. Diante da exploração do território distante de tudo aquilo que era produzido, pouco ou nada ficava nas mãos do Estado para prover as necessidades de ordem pública da população. Importante destacar aqui o papel central que o Estado exerce na manutenção do sistema capitalista e, portanto, de sua inalienável necessidade de integrar este circuito. A economia interna desses países dependentes está vinculada expressivamente com a exportação de *commodities*, tendo assim o mercado externo como termômetro da economia interna. Com isso, tem-se como tendência do desenvolvimento interno ficar cada vez mais refém de uma lógica que não favorece os territórios latino-americanos e que, na prática, reforça as relações imperialistas que vigoram no cenário mundial.

A história nos mostra como a tendência de Estados ditatoriais foram sendo decorridos após a quebra da relação imperialista com as metrópoles, que guiados pela pequena burguesia local viram-se objetivados a uma ordem social cada vez mais ligada ao capitalismo e às exportações (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2010). Com isso a relação de dependência tornou-se mais uma vez reforçada. Em 1970, enquanto os países de capitalismo central passavam pela experiência do Estado de Bem-Estar Social, o Brasil atravessava um período de intenso cerceamento de direitos com a ditadura civil-militar.

Diante desse processo as políticas sociais caminharam na mesma direção da economia e da política nas práticas de dependência. A forma focalizada, segmentada e seletiva são intensificadas de acordo com as tendências e orientações dos organismos multilaterais ancorados nos países capitalistas centrais, que apresentam as políticas sociais como “custos”, e não como investimento. Mesmo com a imensa demanda de acesso aos direitos buscados por aqueles que são superexplorados pelo mundo do trabalho até àqueles

que não conseguem acessar o mercado de trabalho, o Estado não disponibiliza as políticas a fim de atender as necessidades dos cidadãos (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Esse modelo econômico – periférico e dependente – revela a situação do país e da região: a classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial. Enfim, para a grande maioria da população, pobreza e miséria vêm acompanhadas da omissão do Estado, expressa, sobretudo, na ausência de políticas sociais, ou, na maioria das vezes, num tipo determinado de política social, cujo horizonte não pode ser pretensioso em termos sociais e políticos e no qual todo radicalismo deve ser combatido, seja em termos da composição do gasto social seja em função da dimensão emancipadora que elas poderiam conter. (PAIVA; OURIQUES, 2006 p. 172)

Este cenário pode ser constatado nas palavras de Paiva e Ouriques (2006, p. 173) ao ressaltarem que no Brasil “a lógica das migalhas dá o tom das políticas sociais”, e que a realidade brasileira está caminhando para cada vez mais orientar-se para a exclusão e até mesmo destruição das políticas sociais, que, com o neoliberalismo, tende a cada vez mais culpabilizar o indivíduo pela sua condição.

1.2 - Breve resgate do percurso das políticas de educação: da década de 1990 ao REUNI

A educação no Brasil historicamente assume um caráter reprodutora da dinâmica capitalista, uma vez que a partir do Estado é incentivada a produzir um cenário favorável para a sociabilidade burguesa. A função de primeira ordem do Estado, como dito por Netto (2011), é preservar e controlar a força de trabalho, controle esse muitas das vezes reforçados por políticas públicas que atuam nas refrações das expressões da “questão social”, e não nos fundamentos de sua existência. Conforme explicado por Leher(2014), a busca pela Teoria do Capital Humano (TCH⁵) é o que coloca a educação em um local estratégico para atender ao “adestramento profissional” apropriado às demandas do capital.

As primeiras formas de ensino no país vieram na época de colonização, com pautas religiosas como ênfase, juntamente com a catequização dos índios. No decorrer do tempo toda essa educação foi se moldando a partir dos interesses dos grandes latifundiários, da escravidão e dos processos que seguem na história do país e que deixam marcas na nossa realidade. Já no século XX, a partir do processo de industrialização, a forma da educação muda, conforme salientado por Ribeiro (1993, p. 19)

⁵ A Teoria do Capital Humano é uma teoria defendida especialmente por economistas e que teve seu início com Theodore Schultz. Basicamente a teoria fala sobre como o próprio indivíduo é responsável pela sua liberdade de escolha para conquistar seu bem-estar a partir dos investimentos que eles fazem sobre si mesmos.

A década de 20 caracterizava-se pelo declínio das oligarquias, com a crise do modelo agrário-comercial-exportador e o impulso à industrialização com o modelo nacional-desenvolvimentista. Assim, fortalece-se a classe burguesa. Seus pensamentos e ideologia passam a ser notados, pois a política vigente prejudicava boa parte do setor industrial em crescimento, e reivindicações são forma desta classe expressar seu desejo de mudança. A queda da oligarquia e a ascensão da burguesia industrial, as revoluções, o Tenentismo, o Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos, vão ser incorporados à educação e influenciarão toda a organização escolar neste período.

A educação no país é exercida também a partir de muitas políticas e programas sociais de inserção nas escolas e nas universidades. A educação na lógica do capitalismo imperialista se tornou educação voltada para reprodução dessa sociabilidade, sendo uma educação instrumentalizada, voltada para mercantilização da vida, colocando a meritocracia como elemento funcional e inerente ao modo de organização da vida social no tempo presente. O complexo educacional de uma forma geral torna-se engessado às determinações do capital orientada para uma formação menos emancipatória possível.

Falar sobre essa inserção nas escolas e universidades requer falar sobre como se dão as políticas que incentivam essa inserção e como ela acontece na realidade a partir das condições concretas dos ambientes educacionais do nosso país. Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. A LDB se orienta a garantir a autonomia administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino, dos estados e municípios ficando a cargo destes a organização do ensino em consonância com as perspectivas defendidas na lei. A defesa do ensino privado contém suas defesas no referido documento e o apoio governamental como no artigo 7º da LDB que coloca o ensino como livre à iniciativa privada (BRASIL, 1996).

No governo do então presidente FHC é aprovado o Plano Nacional de Educação de 2001, sendo um documento que organiza e pauta as perspectivas da educação nos próximos 10 anos e que traz várias pautas que chocam com a realidade daquela época. Entra em vigor como Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE). A primeira movimentação em defesa da educação pública aconteceu em 1987 com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sendo o mesmo que levou ao Congresso Nacional a proposta do PNE, proposta esta da sociedade brasileira. Várias adaptações foram feitas ao Plano Nacional de Educação original, principalmente no que contava a parcela de 7% do PIB ser destinado à educação e também no incentivo, já aprovado na LDB, ao ensino superior privado e às privatizações dentro das Instituições de ensino superior públicas e na iniciativa privada para os outros níveis de ensino (LIMA, 2015).

Ambas as legislações acima trazem em seus discursos pautas muito pertinentes para a educação no país. A valorização dos profissionais de educação, o repasse do financiamento às entidades públicas e o acompanhamento desses repasses, a autonomia das escolas em gerir os financiamentos, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, inclusão dos indígenas e especialização dos profissionais em nível superior são algumas destas importantes iniciativas. Também a clareza quanto ao apoio à iniciativa privada, quanto a educação voltada ao mundo do trabalho, ao incentivo de educação à distância e também a liberdade ao incentivo e encaminhamento do ensino técnico profissionalizante nas escolas como mostrado no artigo 80: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. (BRASIL, 1996)

Com o passar dos anos houve a mudança de governo e em 2003 é eleito, à presidência da república, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O governo não altera os vetos exercidos pelo anterior mandato, mantendo muitas das restrições e da perspectiva de apoio à uma educação instrumentalizada e voltada à ideologia burguesa. Já em 2006 o governo cria a Todos Pela Educação (TPE), uma coalização entre bancos com o apoio do Governo Federal com a intenção de melhoria na educação. Essa negociação com grupos bancários cria mais um aparato para controle do capital dentro da educação. Um deles deu-se em 2007 com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB⁶) que surge com o intuito de sistematizar o ensino das escolas do país em um viés único defendido, que no caso aqui é todo o ensino voltado para a prática do trabalho em benefício do capital, sem levar em consideração as determinações de algumas escolas, dos profissionais que trabalham dentro de limites extremos, de estudantes que muitas vezes não tem o que comer para irem à escola, de crianças e jovens que sofrem problemas diversos em casa, que andam quilômetros para chegar até a escola, dentre outras variáveis que são desconsideradas sob a justificativa de colocar o país numa “média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos” (INEP, 2015).

O período do governo Lula é marcado pela expansão e incentivo da “educação profissionalizante, técnica e tecnológica”, caracterizado pela ampliação do acesso, porém os recursos destinados a essa área não acompanham tal proposta de ampliação. Com isso cria-se

⁶ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. (INEP, 2015)

uma imensa defasagem no processo de educação como um todo, desde condições de trabalho dos professores, que devem se desdobrar para conseguir acompanhar a expansão, até os recursos básicos disponíveis para que se oferte um ensino de qualidade, colocando essa população em um cenário já abalado, permanecendo assim, mesmo após diversos programas de incentivo a inclusão das classes populares o “caráter predominantemente privado” da educação como no início do século (FRIGOTTI, 2011).

Os exemplos dessa ampliação visando a inclusão da classe trabalhadora no ensino profissionalizante teve seu desenvolvimento em programas que permanecem até os dias atuais. Um deles é o Programa Universidade para Todos (PROUNI), aprovado em 2004 que tendo como intento a inclusão dos indivíduos no ensino superior privado com bolsas de ensino integrais e parciais. Nestes moldes, os estudantes são selecionados a partir na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e devem ter cursado o ensino médio na rede pública de ensino ou na rede particular com bolsa integral. A ideia do programa é o acesso ampliado para o ensino superior profissionalizante e tecnológico que só para o segundo semestre de 2018 abriu cerca de 170.000 (cento e setenta mil) vagas no ensino superior privado segundo dados do MEC. Algo pertinente a ser acrescentado é que as Instituições de Ensino Privado que incorporam o programa ficam isentas do pagamento de impostos. A ampliação de vagas é enorme, porém junto dela vem mais uma vez o incentivo ao capital privado e às vantagens dentro da lógica capitalista e das parcerias público-privadas presentes em diversas políticas sociais dentro do país.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) traz mais uma forma de ampliação do acesso ao ensino superior. Firmado a partir do Decreto nº 6.096 de 24 de Abril de 2007, o REUNI, sendo uma das ações do PDE, tem como objetivo a expansão das universidade públicas, o combate à evasão, ampliação de cursos noturnos e criação de novos cursos. Dentro da legislação do referido programa a preocupação primordial é que seja feita a expansão em diversas ordens dentro da universidade, porém sem a preocupação quanto à qualidade dessa expansão. No Decreto se prevê no artigo 3º a necessidade de uma readequação física, estrutural, de profissionais e outros com pormenores importantes de serem analisados:

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. (BRASIL, 2007)

Com relação às mudanças necessárias para que ocorra a dita ampliação é visível como tudo está condicionado à alguma barreira dentro da legislação. Sabe-se que a capacidade orçamentária do Ministério da Educação teve baixa durante vários anos, o que influencia no plano de metas traçados pelas gestões da universidade federais. No artigo supracitado podemos ver que existe a condicionalidade do repasse dos recursos de acordo com a capacidade do Ministério da Educação, o que não conseguiu e não vem conseguindo acompanhar o crescimento significativo das universidades públicas. A porcentagem direcionada às mudanças necessárias, de 20%, como exemplificado por Lima (2013), foi de que em 2009 os 2,5 bilhões dos recursos investidos no programa teriam sido gastos somente no primeiro momento, não acompanhando assim toda a expansão do programa.

Desde 2006 como mostrado por LIMA (2015) existe uma diferença gritante dos recursos públicos que são destinados aos programas sociais com relação ao montante direcionado ao juro e amortização da dívida pública. Em 2017, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida (2018), nota-se que do montante arrecadado do orçamento federal, 39,70% foi destinado ao pagamento de juros e amortização da dívida e somente 4,1% do valor destinado à política de educação. Cabe salientar que deste montante destinado à educação, como observa Lima (2015), grande porcentagem é repassada às Instituições de Ensino Superior Privado que participam dos programas do governo de incentivo ao ingresso no ensino superior, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁷ e o PROUNI.

O governo da presidente Dilma Rousseff (2011/2016) dá continuidade às ações advindas do governo Lula. Em 2011 é criado, a partir da Lei nº 12.513/2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), programa esse que visava inclusão dos estudantes ao ensino técnico e profissionalizante, como Waldow (2014) explica:

O PRONATEC tem como público alvo, entre outros, estudantes do Ensino Médio da rede pública, trabalhadores, beneficiários de programas federais de transferência de

⁷ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC).

renda, populações minoritárias e em situação de risco social. Esses alunos recebem incentivos financeiros para a permanência nos cursos, que podem ser de curta ou longa duração, com professores com conhecimento tácito. O PRONATEC se utilizará da rede federal de ensino e, também, da parceria entre o público e o privado. (WALDOW, 2014, p.3)

A relação direta com o setor privado é mantida e reforçada no governo Dilma, isto é, corrobora para o incentivo da educação mercantilizada, voltada para atender as demandas diretas do capital que cada vez mais se ampliam na esfera da educação. No referido governo têm-se a criação do PNE 2004/2014, que mais uma vez reforça a parceria público-privada na educação. Dentro dele constam as mais diversas formas de reforçar a necessidade e o incentivo da educação privada e da educação à distância. Diante deste cenário, lutas são travadas pelos movimentos sociais em defesa da educação pública e de qualidade em detrimento da lógica em curso de mercantilização do direito à educação. O PNE, Lei 13.005/2014, traz a necessidade da expansão mais uma vez do ensino profissionalizante, técnico e tecnológico, visando a expansão e inclusão de todos e todas. Porém essa inclusão e expansão só acontece com o fortalecimento do “empresariado da educação” (LIMA 2015), colocando vagas destinadas aos que não podem pagar enquanto os outros devem custear sua própria permanência.

Com isso a visão do Estado constituir-se o comitê executivo da burguesia, como cita Marx no Manifesto do Partido Comunista (1848), se torna mais evidente na educação, sendo reforçado diariamente e cada vez mais imbricado nos governos que alimentam a lógica neoliberal de organização das relações sociais e da garantia de direitos.

1.3 - Desdobramentos do REUNI nas Universidades Públicas Federais

Éconsiderando a realidade acima exposta que retomamos aqui ao contexto histórico em que se deu a Reforma Universitária no país. Em pleno período de ditadura militar o (1964-1985) surge a necessidade de organizar o funcionamento do ensino superior. A ideia era limitar a autonomia das universidades e colocar na direção delas pessoas que fossem alinhadas à ideologia do governo civil-militar. Algumas das iniciativas foram a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE), limitando as organizações estudantis, punindo estudantes e profissionais considerados ameaças ao regime militar e outros (MARTINS, 2009).

O período da ditadura militar, no Brasil, é considerado a fase expansionista das políticas sociais, dentre elas a política de educação. Deu-se início a um projeto de educação que transforma as universidades brasileiras em “escolões tecnocráticos”, em virtude dos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional (USAID). Neste

acordo, propunha-se uma política educacional privatista, voltada para uma formação tecnicista fundamentada nas demandas do mercado de trabalho em nível mundial. Cobia as universidades submeterem-se às orientações dos consultores estadunidenses, priorizando a área das Ciências Naturais e Exatas, pois os empresários nacionais e estrangeiros demandavam uma mão de obra qualificada. (AGAPITO, 2016, p. 125)

A educação superior no país desde a Reforma Universitária carregou consigo, em suma, o incentivo à privatização. A forma como se dá a expansão deveria ser rentável e voltada para o desenvolvimento do país.

O documento elaborado pela Equipe de Assessoria do Ensino Superior faz uma clara menção à participação do ensino privado no processo de expansão. Nessa direção, assinalava que o governo deveria estimular a criação de universidades particulares, prestando-lhes auxílio, a fim de assegurar vagas para alunos com poucos recursos financeiros. (Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior, 1969, p. 56 apud MARTINS, 2009)

Heranças da lógica do período de ditadura civil-militar perpassam pelos dias atuais dentro da política de educação no nosso país. A lógica de privatizações e expansão desmedida coloca a educação superior em patamar da reprodução da acumulação capitalista. As políticas educacionais não visam o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes e sim a manutenção do sistema.

As universidades federais passam por processos diversos de expansão. O mais famoso e aqui discutido é o REUNI. Várias lutas cercaram o processo de implementação do programa que iria contra a lógica de estabelecimento de uma educação pública de qualidade. A decisão da implementação é defendida por vários movimentos como antidemocrática, não tendo participação dos movimentos e instâncias organizativas em sua construção.

Como consequência teve-se o inchaço das instituições, crescimento esse que não foi acompanhado por seu planejamento, ocorrendo, assim, de forma desgovernada. Várias turmas e vários cursos foram incluídos nas universidades, os recursos destinados para a infraestrutura não acompanharam o crescimento do programa, sendo suficiente apenas para os primeiros momentos de implementação (LIMA, 2015). A inclusão do contingente de alunos ocorre de forma precária. A expansão trouxe cerca de 680 mil vagas para os alunos de acordo com o MEC a partir de 2008, lembrando que o repasse seria feito de acordo com a capacidade de orçamento do Ministério da Educação. Dentro do Relatório do Primeiro Ano - REUNI 2008 - temos números expressivos quanto às obras de infraestrutura. Muitas foram executadas pensando no número que se esperava de vagas disponibilizadas e muitas obras ainda não tinham sido iniciadas. No levantamento de vagas foi detectado no relatório um aumento de

11% de vagas, algo que devia ser combinado na estruturação para que não fosse incluído o contingente de alunos de forma precarizada. (MEC; SESu; DIFES, 2009)

Outro ponto problemático é a sobrecarga do exercício profissional de todos os trabalhadores da área. O relatório aponta que foram projetadas 1821 vagas para docentes e somente 1560 nomeações foram feitas. Outra ponderação importante segue em direção ao número de alunos por professor, sendo possível observar uma média de 17,8 alunos por professor nas instituições (MEC, SESu, DIFES, 2009). Tudo isso acrescentado às diversas dificuldades que o profissional da educação enfrenta como uma baixa remuneração, corte no repasse para desenvolvimento de pesquisas e extensões pela dependência de uma estrutura física e de equipamentos que são cada vez mais precários.

Considerando a capacidade real das IES públicas, estas passaram a agir conforme aquilo que lhes era proporcionado de recurso, o que gerou paulatinamente o sucateamento das universidades públicas federais do país. Os recursos são limitados, as contratações não são feitas, a infraestrutura não suporta o crescimento desmedido, mal remuneração dos profissionais e, algo pertinente aqui de ser discutido, a necessidade do acesso cada vez maior às bolsas de auxílio para os estudantes. A grande expansão universitária levou um contingente significativo da população de baixa renda a ocupar as universidades, fato que realmente era um dos objetivos do REUNI. Com isto, ampliou-se a gama de pessoas que demandariam auxílios para permanecerem nas universidades. Essa permanência se torna algo essencial e que não foi devidamente pensado. Colocar alunos que não conseguem custear com as despesas que fazem parte da vida acadêmica acentua o número de evasão, a frustração e o adoecimento desses estudantes em escala ampliada.

O conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e consequentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos. (BARBOSA, 2009, p. 39)

Para amparar aqueles que necessitam de suporte para manter-se nas universidades foi criada a Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O referido programa se torna um direito social e uma ação pública a partir de 12 de dezembro de 2007 começando a vigorar a partir de 2008. A partir desse marco legal o auxílio se manifesta em diversas modalidades, como moradia, alimentação, transporte, saúde e outros como dito no artigo 2º da portaria normativa que o institui. Todos esses direitos sociais definidos no PNAES vão de encontro à necessidade de tentar equiparar a desigualdade socioeconômica que está

estabelecida entre os estudantes e que podem influenciar no seu rendimento, permanência e consolidação de um ensino superior de qualidade (IMPERATORI, 2017).

O programa REUNI veio com a lógica de inclusão e expansão, porém essa lógica não tem sido acompanhada da permanência dos estudantes. Ambas deveriam ser elevadas conjuntamente, na medida em que se tem o crescimento de vagas para a diplomação se faz necessário o crescimento da assistência prestada a esses sujeitos. A realidade quanto à isso se torna uma inclusão que exclui.

O aumento de vagas e a possibilidade de ingresso ampliado, em alguns casos, assim como a reserva de vagas a segmentos mais vulneráveis, em outros, não são acompanhados satisfatoriamente por políticas que garantam a conclusão dos cursos de graduação. Isto faz com que muitos desses alunos adentrem as portas da educação superior e saiam antes de se formarem, ocorrendo o fenômeno da inclusão excludente analisado por Ezcurra (2011, p. 62): a porta aberta na educação superior para os segmentos desfavorecidos socialmente na verdade trata-se de uma porta giratória. (DE PAULA, 2017, p. 306).

Diante dessa realidade compreende-se que as ações que vão de encontro à melhoria da rede pública de ensino se vê fadada a um processo de desmantelamento. As universidades contam com quadros restritos de técnicos, reduzidos concursos para docentes, baixos recursos para pesquisa e extensão colocando em prova o tripé ensino/pesquisa/extensão, a assistência estudantil passando por cortes e a estrutura física não suportando o contingente de pessoas que circulam pelos ambientes universitários.

Com todas as problemáticas da expansão advindas com o REUNI somadas à dinâmica de relações sociais estabelecidas na sociabilidade burguesa vê-se uma necessidade de atenção especial ao que tange a saúde mental dos estudantes. A necessidade de capacitar trabalhadores polivalentes, que devem dar conta de seus futuros como se isso dependesse única e exclusivamente do esforço individual desses alunos, reforça uma autocobrança por vezes adoecedora. A exigência em participar de vários projetos, extensões e pesquisas, de ser sempre o melhor e buscar notas altas estabelece um perfil engessado de discente que não dialoga com as contradições presentes na realidade brasileira. A educação, aqui referindo-se à educação superior, é usada, na maioria das vezes, como reprodutor da sociabilidade capitalista a partir do ser social que ali se constitui, porém ainda é o melhor para conhecer e contestar as contradições do capitalismo (CFESS, 2013).

Para entender a realidade da influência desses programas será tratado aqui com especificidade a UFOP e sua influência na realidade dos estudantes no campus ICSA na cidade de Mariana.

1.3.1 - A realidade no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFOP

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada em 1969 com a Escola de Minas e a Escola de Farmácia juntas. Passando por diversas mudanças, a universidade foi crescendo e se ampliando. Em 2008, a partir do REUNI, é criado na cidade de Mariana o ICSA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, ofertando quatro novos cursos: Administração, Economia, Jornalismo e Serviço Social. A UFOP oferece 47 cursos de graduação presencial tendo em seu quadro 11.117 alunos matriculados.

A UFOP conta com o acesso à assistência estudantil que é ofertada a partir da análise socioeconômica que classifica os alunos quanto à renda familiar bruta mensal per capita; bens patrimoniais, status ocupacional; tipo de residência da família; situação de residência do estudante e procedência escolar do estudante. No momento a Universidade conta com duas bolsas da assistência estudantil ativas. Uma delas é o auxílio alimentação, que proporciona o acesso dos alunos ao Restaurante Universitário e o auxílio permanência que é um suporte financeiro ao estudante para permanecer exercendo as atividades acadêmicas. De acordo com o relatório de 2015 da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) o número de alunos que acessaram o auxílio permanência passava de 25.000 e os que acessaram o auxílio alimentação eram cerca de 18.000.

A realidade do prédio ICSA em Mariana, fruto do REUNI, é algo que mostra como a infraestrutura, as contratações de profissionais e outras demandas não acompanharam a expansão do número de vagas e do crescimento gerado pelo programa. O campus ICSA tem um número reduzido de professores, o que não acompanha o crescimento do número alunos, existem defeitos em diversos banheiros, goteiras em diversas salas, ventiladores que não funcionam, computadores desatualizados, bebedouros estragados e diversas problemáticas que influenciam diretamente na permanência e na qualidade não só da permanência dos estudantes, mas também de todos aqueles que trabalham no Instituto.

Todos esses elementos fazem parte de uma grande determinação principalmente no que tange aos investimentos nos cursos de Ciências Humanas e Sociais. Existe uma diferenciação quanto aos financiamentos e os recursos disponibilizados dentre as áreas. Os cursos dessas áreas passam por um processo de baixo incentivo, levando a organização dos cursos terem que administrar de formas diferentes seus recursos. Falando especificamente aqui do Serviço Social, temos uma luta constante aos investimentos em pesquisas e projetos, buscando diversas parcerias, a luta constante pelo transporte para o estágio curricular obrigatório do curso que acontece em cidades mais distantes, com todo o processo de choque

com a realidade que enfrenta-se e a luta diária para manter-se na universidade são cotidianas no curso.

Diante das políticas de assistência estudantil tornam-se visíveis os embates enfrentados pelos profissionais do Serviço Social que atuam nessa políticas e devem colocar os alunos em um processo de ranqueamento definindo-os por meio de uma análise socioeconômica. Cada vez mais os assistentes sociais que trabalham na assistência estudantil passam por mudanças das condições que devem ser impostas para o acesso aos auxílios, estabelecidas de forma autônoma por cada IFES de acordo com o recurso disponível.

Considerando todo este cenário, as barreiras enfrentadas pelos alunos de Serviço Social e dos outros cursos do campus ICSA da UFOP em Mariana e de todas as IFES são imensos. Isso leva à reflexão quanto ao apoio psicológico dado a esses alunos. Em Mariana, para o campus ICSA e ICHS, existe o Núcleo de Assuntos Comunitário e Estudantis (NACE), sendo uma unidade da PRACE para atender os discentes de Mariana. Da equipe que compõe esse núcleo existe somente uma psicóloga para fazer o atendimento e prestar consultoria psicológica para os dois campus da UFOP na cidade de Mariana, incluindo-se estudantes de sete cursos de graduação.

Diante de todos os elementos elencados será discutido a seguir como a pressão da universidade influencia no uso de psicoativos pelos alunos do ICSA na cidade de Mariana a partir de uma pesquisa feita com os discentes traçando um perfil do uso dessas substâncias.

CAPÍTULO II -O DEBATE EM TORNO DO USO DE PSICOATIVOS E A DIMENSÃO DE SEU USO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

2.1 - Proibicionismo: sua dimensão ideológica e o lugar do Estado nesse debate

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) “drogas são qualquer substância não produzida pelo organismo que tenha propriedade de atuar sobre um ou mais sistemas, causando alterações em seu funcionamento” (OMS, 2018).

As substâncias psicoativas (SPA / drogas) tem uma longa história dentro na sociedade. Ao longo da história da humanidade, tais substâncias foram usadas com diversos objetivos, em diversas culturas. Um dos exemplos é o ópio, substância extraída da papoula e transformada em pó (CEBRID, 2012), que tem registros de seu uso como analgésico, hipnótico, sendo apropriada pela medicina no decorrer das épocas, até ter o primeiro tratado internacional de controle às drogas em 1912 com a Convenção Internacional do Ópio (DUARTE, 2005). Outro exemplo de como os psicoativos tem uma historicidade anterior ao proibicionismo é com relação à cocaína, que no século XIX teve sua grande contribuição na medicina e farmacologia. Sendo usada durante muito tempo como um importante anestésico, teve seu impulsionamento e sua importância econômica para diversos países como o Peru e a Holanda. Porém sua decadência veio a partir de influências globais e restritivas como explica Restrepo (2018, p. 237) ao pontuar que “si las fuerzas de la globalización que impulsaron el auge de la coca y la cocaína habían sido principalmente económicas, su decadencia se debió a razones políticas, morales y sanitarias”. Outro exemplo, de uma substância muito conhecida é a maconha, sendo a substância THC (Tetrahydrocannabinol) causadora das sensações mais expressivas causadas por essa SPA.

Segundo Dias (2015), o surgimento da maconha data entre o século VIII ou VI 66 a.C. e a papoula, em 3.100 a.C, era conhecida pelos mesopotâmicos como “planta da alegria”. Assim, podemos observar que as drogas estão na história e não são um fenômeno contemporâneo. O significado da palavra droga surge ao longo dos séculos XVI ao XVIII atrelado a substâncias utilizadas, principalmente, na alimentação e na medicina, mas também, na tinturaria e na busca por prazer. (PEREIRA, 2015 p. 65-66)

A importância em reunir esse breve resgate histórico das drogas com sua vinculação à religião e/ou cultura nos tempos passados está em compreender que as drogas sempre existiram e continuam existindo, a grande diferença é como ela passa a ser vista e absorvida por determinada classe social e como isso influencia no valor tanto comercial quanto moral que essas substâncias possuem na sociedade. A sociedade capitalista trouxe não somente um modo de produção mais também um modo de vida a ser seguido, o qual influencia várias determinações como até mesmo as leis que regem essa sociedade.

Entender sobre ideologia se faz extremamente necessário neste ponto. O termo ideologia tem historicamente diversos significados. Para este trabalho, a ideologia é mais do

que uma “falsa consciência”, vai para além daquilo que não se controla. A ideologia é aquilo proveniente das relações do sujeito com a natureza e da relação entre sujeitos como explica Lukács. A partir dessa relação entre sujeitos que têm-se a necessidade, na sociabilidade capitalista, de controlar essa relação. Nunes e Justino (2018) vão apontar que

assim podemos dizer que, a ideologia é, um complexo da vida social, fundada no trabalho – modelo da práxis humana – e sendo assim, a ideologia, possui uma função social em específico, “explicar” as relações em sociedade, interesses individuais e/ou coletivos que podem ou não, serem antagônicos, o que a grosso modo, propiciam o surgimento de ideologias. Neste sentido, de acordo com Lessa (2015, p. 45), o que faz uma ideação tornar-se uma ideologia, é sua capacidade de dar sentido às demandas postas pelas relações sociais em determinado contexto histórico. (NUNES E JUSTINO, 2018 p. 280)

A ideologia para Lukács surge como um complexo social a partir da necessidade de enfrentamento de conflitos sociais, conflitos estes gerados em grande parte na sociedade capitalista de classes. Esse complexo social surge para que possa influenciar nas “decisões alternativas de indivíduos singulares”, influência essa que ocorre já carregada de uma moral e de valores determinados pela classe dominante. Ou seja, os conflitos gerados pela sociabilidade referida geram a necessidade de influir nas decisões dos sujeitos que a ela pertencem. Com isso o que se torna muito importante para uma ideologia ser aderida pela sociedade é sua efetividade dentro dos conflitos gerados e não o seu conteúdo teórico, científico. (BRITES, 2017).

Dessa maneira, posicionar e entender as diversas ideologias dentro da sociedade torna-se um papel complicado. A existência de uma ideologia dominante é certa dentro do capitalismo. Juntamente com o Estado ela exerce uma função reguladora da vida em todas as instâncias. A necessidade de controle da vida faz-se necessária para reprodução dessa ordem como unicamente possível.

A ideologia é, portanto, um complexo social necessário para o enfrentamento de conflitos sociais, para interferir nas decisões alternativas dos indivíduos sociais na sociedade. Assim como em Marx, Lukács considera que a função social da ideologia - conduzir a práxis histórica dos homens no enfrentamento de conflitos - se realiza pela constituição de uma imagem de mundo e de interesse que possam ser incorporados como universais e verdadeiros - ainda que efetivamente não o sejam -, direcionando o pensamento e o comportamento dos indivíduos sociais (BRITES, 2017 p. 96).

A ideologia neoliberal, no Brasil presente a partir dos anos de 1990, traz em sua composição a força do mercado, sendo esse o regulador de tudo na sociedade, tendo um Estado minimamente interventor. A classe dominante edifica o cenário necessário para desenvolver o modo de produção capitalista e reproduzi-lo. Pensando nesse mercado como regulador e no Estado como um aporte desse cenário, a necessidade de que a sociedade esteja em “harmonia” com essas determinações é algo predominante. As ideologias a serem

seguidas são criadas a partir das necessidades da classe dominante e repassadas também como uma necessidade para a classe dominada como um intento positivo. Cria-se assim um ciclo vicioso que permeia todos os âmbitos da sociedade. O modo de viver, a moralidade, o que é bom ou ruim, legal e ilegal, aceito ou rejeitado.

O proibicionismo entra nessa esfera de ideologias existentes dentro da sociedade. Conforme acima citado, o uso e manuseio de substâncias, hoje consideradas ilícitas, já fizeram parte da cultura e da história de diversas civilizações em diversos tempos passados. Porém quando essas substâncias começaram a ser enxergadas como algo que pudesse ser influente na economia, política e outros, criam-se mecanismos de repressão com relação às SPAs com início de uma disputa com relação à “dominação de culturas, povos e mercados”. (BRITES, 2017).

Mas é exatamente a partir dos finais do século XIX, na fase de construção de um mercado mundial no capitalismo monopolista, que a ideologia proibicionista deita suas raízes e projeta o que seria a direção hegemônica no trato internacional sobre determinados psicoativos durante todo o século XX. (BRITES, 2017, p. 98).

Os Estados Unidos, a partir do final do século XIX quando o proibicionismo toma seu protagonismo, torna-se agente forte nessa ideologia, que se alia à moralidade daquele tempo articulada com diversas organizações sociais e religiosas para uma culpabilização do uso de drogas no seu território. Os imigrantes foram os maiores alvos dessa reprovação que feriam a moral da população branca norte-americana. A hegemonia estadunidense se faz presente por todo processo de disseminação dessa ideologia, principalmente quando começa a promover as Conferências Mundiais acerca do tema que traziam pautas de como os países deviam prosseguir com relação ao uso e comercialização de diversas substâncias. Os interesses por trás de cada movimento dos Estados Unidos tinha um interesse vinculado. Um exemplo foi a necessidade de fraquejar a resistência chinesa com relação “política comercial” incisiva dos Estados Unidos. (BRITES 2017, apud RODRIGUES, 2003 p. 31).

A cada conferência mundial e considerando-se as particularidades dos contextos históricos de cada território os países traziam seus interesses individuais para dentro da conferência a fim de atingir objetivos de diversas ordens, sendo elas econômicas, culturais, territoriais, religiosas e outras. Cada passo dado aumentava-se a lista de substâncias que deveriam ser combatidas pelos países em seus territórios (BRITES, 2017).

O Brasil tem um alicerce conservador em diversos aspectos da história e da atualidade que reverberam por várias áreas, como a social, política, legislativa. Mais que isso, sendo um país de capitalismo dependente⁸, influenciado pelas experiências dos países de

capitalismo central, o Brasil se espelha em realidades que não condizem com aquilo que está em seu cotidiano. No Brasil a ideologia do proibicionismo teve sua presença na história enquanto lastro perene até a atualidade. Uma expressão movimento é a criação da Liga Nacional contra o Alcoolismo em 1921 a fim de tratar de forma educacional os trabalhadores que faziam uso de álcool. A reflexão aqui plausível é acerca de qual era realmente o objetivo do Estado ao criar medidas que tratassem essas pessoas numa lógica higienista que pensava no quanto o trabalhador ingerindo bebida alcoólica seria prejudicial à produção das indústrias e não com relação à saúde desse indivíduo. Outro exemplo foi a Lei Federal nº 4.294, de 1921, que proibia venda de cocaína, ópio, morfina e derivados, podendo pegar pena de quatro anos em regime fechado (LIMA, 2018 p. 4) e também criava um espaço específico para internação de pessoas que faziam uso de álcool ou outras substâncias “venenosas”. Uma lei carregada de moralismo e posturas que deveriam ser seguidas pelas população que não estivessem de acordo com a referida ordem.

Passa-se aqui por uma lógica incoerente com relação às drogas, que se tornaram o “mal de uma geração” enquanto alimenta-se a produção delas para circular num mercado reconhecidamente existente. O “problema” das drogas no Brasil é reconhecido como caso de polícia e se torna um assunto cada vez mais complicado de ser visualizado como necessário de ser abordado nas dimensões de saúde e assistência. O Estado, condescendente com as necessidades do sistema capitalista, se torna mais uma vez um repressor, atendendo às necessidades de uma classe dominante e paliativo às necessidades da classe dominada que sofrem com as desigualdades provenientes dessa dinâmica opressora e predatória.

Essa tendência no Brasil se associa e é passível de apreensão quando observamos a formação social conservadora e heterônoma, acrescida de um Estado que passa a intervir sobre fenômenos sociais tomados como problemas a partir de um binômio: repressão e assistência. A primeira para garantir no limite a realização dos interesses de frações de classe que obtêm hegemonia na trama geoeconômica e geopolítica e, a segunda ação, como resultado da arena de interesses em conflito no Estado, cujos interesses das classes dominadas e de suas diversas configurações de oprimidos reivindicam o reconhecimento de suas demandas. Portanto, problematizar as políticas sobre drogas e seu centenário substrato proibicionista requer conexão com a análise mais geral das políticas sociais e a análise particular de sua configuração no plano internacional, nacionais e locais. (LIMA; TAVARES, 2012, p. 11)

As políticas sociais no Brasil foram e são marcadas por lutas da classe trabalhadora, mas não somente. As políticas sociais sempre tiveram um caráter dúbio de atender às demandas da classe trabalhadora ao passo que funciona ao movimento de recomposição da força de trabalho para o mercado. Com isso pensar o proibicionismo às drogas é pensar que em algum momento políticas serão criadas para refrear essas práticas ditas como

⁸ Acerca do Capitalismo Dependente, ver Ruy Mauro Marini (1973).

“controversas”, sejam elas com forças repressivas ou com políticas de assistência (sendo muitas vezes raras), gerando na maioria das vezes mais distanciamento e caminhando pela lógica do medo, da aversão e da criminalização de qualquer tipo de substância psicoativa.

As substâncias psicoativas relacionam-se diretamente com dois tipos de sujeitos: o traficante e o usuário. Ambos são colocados na sociedade como indivíduos que precisam de algum tipo de intervenção. O usuário passa a ser enxergado como aquele que precisa de intervenção da saúde/assistência social, já o traficante se vincula como assunto de segurança pública, sentindo a repressão violenta do Estado de forma mais veemente.

Embora o consumo de drogas tenha sido descriminalizado, os valores que orientam a descriminalização não asseguram o respeito as decisões do sujeito singular. A previsão de penas punitivas diferenciadas entre o usuário e traficante amplia, sem dúvidas, a margem de possibilidades de realização da liberdade, uma vez que se orienta por valores mais emancipatórios, e, aumentam a margem de autonomia do sujeito, porém, o não avanço na perspectiva de legalização das drogas reflete um desenvolvimento desigual do gênero humano.(PEREIRA, 2015, p. 88)

O que precisa ser relacionado é que ambos sofrem consequências e se expressam a partir do proibicionismo, sem que na verdade haja alguma intervenção na base da problemática das drogas. Individualiza-se o uso e o tráfico como escolhas dos sujeitos, não se complexifica a partir do plano geral para entender que a busca por estados alternativos de consciência e por alternativas de se estabelecer economicamente serão sempre necessidades patentes dentro do sistema capitalista marcado por profundas desigualdades. Essa ideologia mesmo sofrendo várias contestações durante a história ainda é muito presente na sociedade.

As legislações brasileiras possuem um caráter ainda mais proibicionista em relação às SPAs. Seguindo o modelo norte-americano, o Brasil passa a ter legislações com cunho proibicionista e cada vez mais vinculado ao trato dessa “problemática” por meio da intervenção militar. A Lei nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006 institui o Sisnad - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - o qual regulamenta, controla e criminaliza o uso, porte, tráfico, manuseamento de drogas como dispõe preliminarmente:

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das

Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.

Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas. (BRASIL, 2006).

O tom trazido nessa legislação tem todo o caráter de um Estado Punitivo não somente do Estado bem como da sociedade, já que no seu artigo 4º, inciso V, dispõe sobre a responsabilização do Sisnad em promover uma parceria entre Estado e sociedade nas funções desse Sistema Nacional. O problema em torno dessa parceria é que com o Estado enfatizando seu proibicionismo corrobora para que a sociedade adira à tais ideias. A referida lei federal traz diversos pontos a serem questionados como a criminalização de uma quantia de SPAs específica que configuraria tráfico, levando assim a um aumento encarceramento em massa da população negra e pobre; a ilegalidade de certo tipo de substância e a legalidade de outras; a penalização até mesmo para aqueles que têm contato com as SPAs para uso próprio, dentre outras colocações. Na mesma lei têm-se uma referência também importante a qual não se pode deixar de levar em consideração com um olhar mais cuidadoso que tange à reinserção social dos dependentes químicos, reconhecimento das dificuldades que giram em torno dos psicoativos e seus avanços com relação aos direitos desses indivíduos (CFESS, 2016).

Por mais que os avanços tenham sido pertinentes, quando se fala sobre os direitos do uso de substâncias psicoativas de forma individual a crítica que impera na sociedade tem um caráter proibicionista e contribui para que a escolha de um sujeito tenha consequências sociais sérias, principalmente nas relações sociais, sejam no trabalho, no lazer, nos estudos. Agir sob a perspectiva de “Guerra às Drogas” juntamente com o Estado Penal se tornou mais fácil. As escolhas subjetivas têm consequências na relação direta com a sociedade quando o assunto é o uso de SPA. No artigo 33 da lei supracitada vemos como se exemplifica essa criminalização.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI nº 4.274)

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (Vide Resolução nº 5, de 2012). (BRASIL, 2006)

Algumas tentativas de avanço foram dadas com relação ao uso de substâncias psicoativas com a Lei nº 11.343/2006 e devem ser reconhecidas. Um dos exemplos foi a retirada da pena de prisão para indivíduos portando quantia para uso, sendo penalizado com de advertência verbal à prestação de serviços comunitários. O exemplo acima citado nos leva a refletir como mesmo tirando a pena de prisão para usuários ainda existem problemáticas. A primeira com relação ao direito de escolha do indivíduo e como, ainda que tenha tido algum avanço, a criminalização do consumo próprio constar no código penal brasileiro (FIORI, 2012).

O proibicionismo é ligado ao uso (em qualquer escala) e o tráfico de substâncias ilegais (drogas). Há uma dificuldade muito grande na sociedade em reconhecer as escolhas individuais de cada sujeito, principalmente quando ele decide fazer uso de alguma substância e responsabilizar-se pelas consequências desse ato. Outra dificuldade é em identificar drogas legalizadas, que são amplamente comercializadas, divulgadas e aceitas perante a sociedade como inofensivas e como se seus prejuízos de forma individual e coletiva não fosse grandes tão qual o das demais substâncias. Determinadas formas e graus de consumo trazem prejuízos de forma individual e coletiva e a recorrência dessa prática não pode servir de apoio à sua banalização e naturalização. Existem riscos que envolvem esse uso, riscos esses que precisam ser desvelados e entendidos para que assim possam ser elucidados como essas substâncias quando manipuladas e apropriadas por determinado setor podem ter um objetivo específico dentro da sociedade em que vivemos (BRITTES, 2017).

Torna-se assim importante salientar a forma opressora com que é colocado na sociedade a extinção das drogas, desconsiderando os sujeitos e a sociabilidade na qual eles se encontram e se relacionam e a forma como os psicoativos tornaram-se mercadoria, criando

um conceito com partes opostas já que, mesmo que exista uma luta contra as drogas, ainda assim existe uma defesa por elas por fazer parte de uma economia que em muito alimenta o circuito produtivo do capital. Desde a revolução industrial as substâncias psicoativas, que eram vinculadas à religião e cultura, com o advento do capitalismo a mercantilização das substâncias se tornam uma opção. Exemplo disso é o álcool na Inglaterra que se tornou a opção para se ter um estado alternativo de consciência para os trabalhadores das fábricas que viviam uma condição miserável em aspecto de moradia, saúde, alimentação e outros, tendo o álcool como principal meio de socialização (PEREIRA, 2015). Essas determinações serviram e servem até hoje para que a prática cada vez mais violenta e opressora seja direcionada à uma classe social que já sofre com diversas discriminações e profundas desigualdades.

O proibicionismo a algumas drogas, há cem anos, também vem tentando convencer de que será possível uma sociedade sem drogas, sem a recorrente manifestação da procura humana por estados alterados de consciência. O proibicionismo erigido no plano internacional, a partir de 1911, com as recomendações da Conferência de Haia, demonstrou que o enfrentamento à certas drogas tomadas como problema transnacional nasce motivado por interesses geoeconômicos e geopolíticos vinculados ao imperialismo estadunidense junto ao mercado asiático (RODRIGUES, 2004; LIMA, 2012, apud LIMA; TAVARES, 2012, p. 8).

Fiore (2012) complementa trazendo a dificuldade em sustentar uma ideologia (o proibicionismo) que coloca as SPAs proibidas sob a justificativa de fazerem mal e sustentar toda uma política e uma intervenção penal a partir de um argumento vazio. O proibicionismo perdeu sua credibilidade quando veio à tona essa ideologia de forma mais incisiva, a partir de 1912 com a Conferência Internacional do Ópio, quando houve um grande aumento do uso das substâncias psicoativas (FIORE, 2012).

O proibicionismo no decorrer dos tempos consegue manter-se em vigor apoiado por diversos países de capitalismo central, principalmente os Estados Unidos, nunca perdendo seu caráter fetichizado com relação às reais intenções por trás do discurso de “Guerra às Drogas”. Ocorre o que Brites (2017) chama de “decadência ideológica do proibicionismo” de uma forma global. Grande parte do que era defendido como objetivo do proibicionismo sempre mascarou diversas outras intenções das ações do Estado com relação às substâncias psicoativas. A necessidade de controlar uma economia, um território ou até mesmo uma parcela da população é algo que pulsa com relação às ideologias do sistema capitalista e da luta de classes. O uso de psicoativos surgiu como alternativa de legitimação de ações repressivas como forma de enfrentamento, a partir do Estado, de um conflito criado pela própria sociedade de classes.

A ideologia proibicionista defende que seria possível uma sociedade sem drogas. Eliminação essa que, sob essa justificativa, levará diretamente à extinção da violência, do

tráfico, da ilegalidade, já que associam-se diversos problemas sociais derivados da própria sociabilidade burguesa com o uso e comercialização de substâncias psicoativas.

A decadência do proibicionismo, como frisa Brites (2017 p. 114), já foi reconhecida pelo ONU no que relaciona ao projeto de “redução da oferta e da procura” de substâncias ilícitas, mostrando assim a necessidade de repensar de forma profunda a relação das substâncias com os indivíduos e a sociedade como um todo. Reproduzir de forma acrítica tal ideologia que só tem a função de reprodução da ordem burguesa perdeu seu real fundamento, na verdade o que parece é que o conteúdo da determinada ideologia nunca existiu e sim as necessidades terceiras vinculadas à ela que foram levadas em consideração.

A atualidade, mesmo com estudiosos discutindo consistentemente que o proibicionismo precisa ser repensado, que as políticas sociais precisam ser reestruturadas, que as ações do Estado são repressivas e violentas, que a efetividade é praticamente nula, essa ideologia mantém-se em curso, sendo reproduzida.

2.2 - Panorama contemporâneo do uso de psicoativos: o que propaga a mídia?

A relação existente entre proibicionismo, ideologia e como o Estado interfere e se posiciona nessa relação é um ponto de fundamental relevância na reflexão aqui construída. Grande parte daquilo que se tem como ideologia da classe dominante possui intrínseca relação com as ações do Estado. Constatado isso, fica evidente que, tendo representantes massivos da burguesia nos diversos poderes que regem a sociedade, sendo eles legislativo, executivo, judiciário e também a mídia, a qual será tratada neste ponto, nota-se como uma ideologia tem efeitos que geram alterações significativa na vida de diversos sujeitos, principalmente em parte da população que já sofre com outros determinantes que tocam a exclusão de gênero, raça, classe social e outras.

O Brasil aderiu à ideologia do proibicionismo como estratégia de “enfrentamento” de diversos outros problemas sociais. A necessidade de reforçar que todo usuário de substâncias faz uso das substâncias ilícitas e que só elas são prejudiciais e devem ser combatidas é uma forma de reforçar a ideologia, de manter a intervenção do Estado de forma mais repressiva possível, já que conta com o apoio da sociedade civil. A “cultura do medo” é a arma mais poderosa do sociabilidade burguesa. É a partir do medo, do distanciamento, que essa sociabilidade traz a perspectiva de que existe um inimigo (as drogas) e que ele é o causador da “desordem” da sociedade. Elimina-se a possibilidade de que essa perturbação seja causada pelo próprio modo de vida imposto pelo capitalismo, sendo assim a ideologia mais uma vez

apresenta-se favorável à manutenção da ordem, já que fetichiza os indivíduos com relação às consequências vivenciadas nesse modo de produção (BRITES, 2017, p. 116). A Fiocruz ao fazer a Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack em 2012 deixou claro como a violência não pode ser associada unicamente com as substâncias psicoativas, não devendo, portanto, associar a violência a uma só causa.

Durante os anos foram feitos diversos levantamentos e relatórios do uso de substâncias psicoativas no Brasil que vão de 1987 até 2012 com a Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack. Os levantamentos mostram, na maioria das vezes, que o fracasso do proibicionismo é certo, a oferta e a demanda sobre as substâncias ainda são reais e inquestionáveis.

Os dois últimos levantamentos feitos nomeados de Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, 2001 e 2005 respectivamente, mostram dados sobre uso de substâncias da população brasileira em geral. No Relatório Brasileiro sobre Drogas feito em 2010 pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD) analisa esses dois levantamentos. Nesse relatório, sendo o mais recente encontrado para análise da realidade brasileira, fez-se um levantamento comparativo entre 2001 e 2005. Alguns dados são importantes como a faixa etária de 18 a 24 anos e de 25 a 34 anos configuram com maior prevalência o uso de substâncias psicoativas, majoritariamente em diversas substâncias os homens são os que mais fazem uso na vida (BRASIL, 2010, p. 23-24).

Um dado importante mostrado nos dois Levantamentos Domiciliares supracitados evidenciam que a prevalência do álcool e do tabaco, substâncias legalizadas e amplamente comercializadas e produzidas no país. constituem a droga mais utilizada em ambas as pesquisas. Em 2001 a porcentagem de pessoas que fizeram uso de álcool na vida foi de 68,7, e em 2005 de 74,6%. Do uso de tabaco na vida os números também são altos: 41,1% em 2001 e 44,0% em 2005. Em comparação com drogas que são tidas como alarmantes nas políticas de intervenção do Estado os números são muitos baixos (BRASIL, 2010, p. 22). O uso de álcool e tabaco sofre um negligenciamento com relação aos efeitos e malefícios trazidos de ambos. A Organização Pan-Americana de Saúde em 2018 soltou uma nota que diz que o “tabaco mata mais de 7 milhões de pessoas a cada ano. Mais de 6 milhões dessas mortes são resultado do uso direto do tabaco, enquanto cerca de 890 mil são resultado de não-fumantes expostos ao fumo passivo”. E mesmo com todas essas informações, a vinculação de políticas públicas giram em torno das substâncias ilícitas que legitimam a ação repressiva do Estado defendendo interesses de ordem burguesa. Com relação ao álcool a negligência também se faz presente.

Os dados analisados documentam, de forma indubitável, o grave impacto que o uso abusivo de substâncias psicoativas têm em áreas relevantes da realidade brasileira, como são a saúde e o trabalho, com graves repercussões para a sociedade como um todo. Até alguns anos atrás, a sociedade brasileira e mesmo as instituições que definiam as políticas de saúde negligenciavam a gravidade desses problemas. Quando os problemas com as drogas eram discutidos, o debate se restringia às drogas ilícitas. O informe presente demonstra, mais uma vez, a relevância dos problemas associados ao uso do álcool, responsável por 90% das mortes relacionadas ao uso de substâncias psicoativas, mortalidade esta maior do que a de muitos países desenvolvidos ou situados em patamar de desenvolvimento semelhante ao nosso. (SENAD, 2010, p. 356)

A associação do uso de drogas com a marginalização e a pobreza é uma evidência presente na sociedade em que vivemos. A naturalização da pobreza e a responsabilização do sujeito pela sua condição como algo sem influências externas é algo muito usual ao capitalismo, principalmente na lógica neoliberal. Com relação ao uso de drogas, a população em situação de rua é grande alvo das intervenções do Estado. O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) fez um levantamento em 2003 sobre o Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. Neste levantamento, ficou constatado que o álcool e o tabaco já teriam sido usados antes mesmo da situação de rua e que as outras substâncias analisadas tiveram uma prevalência menor de uso, sendo o uso de tabaco na vida feito por 63,4% dos entrevistados e de bebidas alcóolicas por 76%. Em comparação, somente 24,5% das crianças e adolescentes entrevistadas já fizeram uso de cocaína, crack e merla. Outros agravantes foram analisados neste levantamento como a educação dessas crianças e jovens, a conjuntura familiar, a violência e a saúde como agravantes e como ponte para o uso de substâncias (CEBRID, 2003).

No Levantamento Domiciliar feito em 2005 o uso de crack foi analisado e os dados são relevantes. Foram analisadas as 108 maiores cidades no país, mais de 200 mil habitantes do Brasil, desses apenas 0,7% dessa população já fez uso de crack na vida. Dos 0,7%, no último ano e no último mês somente 0,1% fizeram uso de crack. Uma porcentagem bem menor, se comparada com diversas outras substâncias que não são atacadas da mesma forma que o crack (SENAD, 2010).

O uso de substâncias psicoativas na sociedade é um assunto há muito tempo estigmatizado dentro da sociedade a nível internacional. Toda essa aversão da sociedade às drogas é alimentada e legitimada pelas leis e políticas de Estado com o trato dado a tais substâncias, seu uso e comercialização. Como discutido no primeiro ponto deste capítulo, vimos que a ideologia, como defende Lukács, surge da necessidade de uma classe de induzir certas decisões alternativas dos sujeitos. O Estado conta com um aliado forte para a manutenção dessa ideologia decadente, sendo este a mídia.

Cabe aqui, como forma de entender o que a mídia propaga analisar algumas reportagens relacionadas ao consumo e comercialização de substâncias psicoativas. Com relação às informações, serão analisadas aquelas transmitidas por veículos de comunicação que dialogam diretamente com as demandas da burguesia, isto é, aqueles veículos de comunicação que de alguma forma reverberam os interesses da classe dominante e reproduzem as ideologias defendidas por essa classe de maneira que os que recebem as informações possam de alguma forma pensar as alternativas dadas como as unicamente possíveis. A análise será centrada em notícias em que as drogas são citadas, sejam com relação ao uso, ao tráfico, à sua conexão com violência e posicionamentos e decisões do atual governo.

A primeira notícia que cabe pontuar será a publicação da Revista Veja do dia 01 de maio de 2019, cuja manchete é: “Prefeitura de SP quer multar quem fumar maconha ou crack nas ruas”. A notícia contém poucas informações. Dessas poucas, houve o momento em que a Prefeitura de São Paulo foi procurada e relatou que a medida serve para “desencorajar o uso de entorpecentes”. Reflete-se a partir disso que o uso de entorpecentes é associado à rua e por aqueles com alguma vulnerabilidade social, já que a matéria também traz que o objetivo da lei municipal é “prevenção e a reinserção social de usuários, especialmente aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social”. A especificidade do uso nas ruas vai muito em direção do que discute Brites (2017, p. 116) sobre como cria-se que o usuário de substâncias é um “inimigo que perturba a ordem social e democrática” precisando assim ser combatido. Especifica-se que a intervenção será sobre o uso de maconha e crack e não sobre outras substâncias, sem estudo ou fundamento que embase essa especificidade. A gestão do atual prefeito disse que associará esse projeto de lei com a lei que sanciona punição àqueles que urinam em vias e logradouros públicos. Fazem uma associação de uma problemática ampla com o uso de determinada substância psicoativa a um ato caracterizado como imoral e vandalizado. Isso mostra como as drogas são vistas por diversas gestões governamentais que reforçam uma lógica higienista.

A próxima notícia foi veiculada pelo portal G1 da globo no dia 13 de junho de 2018. A manchete traz: Mulher é estuprada pelo ex-companheiro após fazer uso de drogas com ele, em Montes Claros. Aqui fica clara a vinculação do uso de drogas com atos de violência, como se o uso de substâncias psicoativas justifica-se um crime como esse ou que o crime aconteceu em decorrência de seu uso única e exclusivamente. A notícia salienta que nenhuma substância foi encontrada com nenhuma das duas vítimas e a Polícia Militar trouxe informações que eles teriam usado crack e cocaína. Os estupros são recorrentes e suas motivações são das mais

diversas ordens. Justificar com o uso de drogas só mostra o reforço da estigmatização e da necessidade de justificar que o crime se dá por alguma alteração de consciência.

Sobre o consumo de psicoativos e as legislações do atual governo evidencia-se o cariz conservador no trato dessa temática. A *Veja* publicou no mês de junho de 2019 uma matéria sobre um estudo feito pelo Projeto Comando de Saúde das Rodovias de São Paulo sobre uso de drogas por caminhoneiros nos momentos em que estão trabalhando. A manchete é: “Quase 8% dos caminhoneiros dirigem sob efeito de drogas, diz pesquisa”. No período de 8 anos foi feita a pesquisa com 4110 caminhoneiros, destes 8% admitiram que fazem uso de anfetamina, cocaína e maconha. A justificativa do uso seria pelas longas jornadas de trabalho que devem ser cumpridas. O atual presidente flexibilizou o Código de Trânsito Brasileiro retirando a obrigatoriedade de exame toxicológico para os trabalhadores motoristas. A crítica aqui é que o veículo de comunicação acima não trata de como essas ações tornam-se legitimadas a partir do momento que o governo não percebe a gravidade desse uso associado com as estradas. Mais que isso, a crítica permanece com relação ao ponto em que trabalhadores prejudicam sua saúde, colocam suas vidas e a de outros em risco para cumprirem uma jornada de trabalho de superexploração. Mais uma prova de como o proibicionismo não consegue sustentar as ações ideológicas quando as necessidades da burguesia são mais importantes.

A criminalização do uso e comercialização de substâncias psicoativas são mostradas de forma distinta pelos veículos de comunicação quando torna-se uma demanda da burguesia. Nesse processo de favorecimentos das demandas da burguesia ocorre uma distinção quando os sujeitos envolvidos pertencem à classes sociais distintas. Um exemplo disso é uma matéria da Revista *Época* de junho de 2019 que divulga em seu título que “Polícia Federal Aprofunda Investigação Sobre Tráfico De Cocaína Com Fubá”. No desenrolar da matéria é observado o cuidado e a necessidade que tiveram em associar o autor do crime como uma pessoa de classe alta e que não prejudica a “ordem social”, sendo bem relacionado como no subtítulo da matéria que diz “Empresário acusado de exportar droga tinha Land Rover e fez fotos com políticos e Neymar Jr.”. Em nenhum momento foi usado o termo “traficante” para nomear o então indivíduo, mesmo ele sendo acusado de ter tentado enviar para a Bélgica 760 quilos de cocaína (CARVALHO 2019). Associações de marginalidade e criminalidade com o uso e a comercialização de drogas tem um recorte de classe propagado pela mídia e absorvida pela sociedade como fato natural. Segundo Brites (2017, p. 116), “criminalidades e violências que passam a justificar a ação armada e letal dos aparatos repressivos do Estado sobre

determinados segmentos sociais: juventude, pobres, negros e movimentos sociais, quase sempre, jovens negros e pobres”.

A marcha da maconha, que aconteceu em São Paulo, no dia 01 de junho, foi noticiada pela Veja, mostrando o pedido da descriminalização do uso pessoal e do fim da Guerra às Drogas no país. Os manifestantes pedem o retorno da discussão da descriminalização que o Supremo Tribunal Federal suspendeu desde 2015 quando a votação pela ação teve aprovação de três ministros já no início da discussão. A matéria também traz que Osmar Terra (atual ministro da cidadania) luta contra essa descriminalização, assim como toda a gestão do governo atual.

O governo do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL) realizou alterações na Política Nacional sobre Drogas. A abstinência às substâncias psicoativas tornou-se a prioridade no tratamento de dependentes químicos, ratificando a redução de danos como uma opção pouco eficaz. Aqui o governo se coloca à frente dos estudos e da história da relação da redução de danos com dependentes químicos. A declarada “Guerra às drogas” está presente nessa gestão governamental de higienização e da necessidade de impor uma forma única de tratamento para pessoas que têm relações distintas com o uso de drogas e que muitas vezes a abstinência não apresenta-se enquanto solução mais viável e/ou adequada.

Outra lei sancionada pelo atual presidente é com relação à internação involuntária de dependentes químicos, sem a necessidade de autorização judicial e possível a partir somente de liberação médica. Na matéria do G1, portal de notícias da Rede Globo, trouxe a manchete no dia 06 de junho: “Internação involuntária de dependentes químicos gera debate entre especialistas; veja análise”. A matéria traz as posições contrárias entre a medicina e a psicologia que divergem em concordarem ou não com a prática. A associação da prática da internação involuntária não foi pensada pelo governo levando em consideração a opinião de profissionais como a mídia tenta propagar. A consultoria de profissionais foi feita por meio da emissora acima citada. O uso de substâncias psicoativas precisa ser analisado por diversas esferas e não de forma unilateral como observa Denadai e Garcia (2016, p. 270):

É válido destacar que, como todas as coisas que se referem à esfera do ser social, nenhuma atividade, ato, relação ou valor pode ser analisado de maneira isolada e unilateral. Portanto, verifica-se que a perspectiva da historicidade e de totalidade se impõe como critério para desvelar a realidade objetiva neste campo complexo das “drogas”.

Na mesma perspectiva de como é incoerente a ideologia proibicionista com a realidade brasileira, foi feito pela Fiocruz o “Terceiro levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira” que teve sua publicação vetada pelo Ministério Público. A

TV Globo por meio do portal G1 noticiou essa investida do governo em barrar uma pesquisa que envolve uma suposta preocupação do governo e foi feita à pedido do Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. A exigência do Ministério da Justiça é mudar o nome da pesquisa e não concorda com a metodologia usada, ainda que a Fiocruz enfatize ter cumprido todas as normas do Edital. De acordo com a emissora a pesquisa mostra que não existe uma epidemia de drogas no Brasil e mesmo assim sente necessidade de salientar que 9,9% da população brasileira entre 12 e 75 anos já fez uso de drogas ilícitas na vida. Como se o uso de drogas ilícitas na vida fosse uma forma de contestar o que foi necessário expor sobre a inexistência da epidemia de drogas.

A censura proporcionada pelo ministério mostra como foi importante para o governo que essa pesquisa fosse cortada, já que a pretensão do governo era caminhar para aplicabilidade de leis que precisavam da constatação de que existe um problema sobre drogas que ratifica a perspectiva enquanto desordem do país. Tendo uma pesquisa como essa publicizada no país seria mais complicado de que a pasta que envolve a internação involuntária e a abstinência como tratamento para dependentes químicos fosse aceita, havendo risco de não ser aprovada e até mesmo não ser bem recebida pela população de uma forma mais abrangente. O atual governo dialoga a partir da vertente mais conservadora possível diante dos mais diversos assuntos no país. Juntamente com essa vertente conservadora existe uma perda de diversas conquistas históricas com relação aos assuntos com viés sociais. Uma dessas é a luta antimanicomial que cerca o país e que já teve diversos avanços a partir da luta pela reforma psiquiátrica. Porém existem cada vez mais retrocessos, um desses exemplos é a investida do governo na modalidade de comunidades terapêuticas, de cunho religioso, para o tratamento de dependentes químicos (PRUDÊNCIO E SENNA, 2018).

O diálogo da mídia com os fatos mostra como no país o controle das alternativas de escolha dos indivíduos são pautados.

Neste sentido, a forma como vem sendo abordado o tema “drogas” no cotidiano reafirma ao mesmo tempo dois caminhos: de um lado, o modo conservador de olhar e tratar a questão; de outro, a sua superação. É mister reafirmarmos aqui que uma compreensão pragmática e a-histórica sobre a temática droga resulta no aparecimento, na vida cotidiana, de manifestações ideó-políticas, a partir da mídia, das produções científicas e das interpretações de cunho religioso etc., que acabam por legitimar a intervenção estatal por meio de seu aparato repressor. (DENADAI; GARCIA, 2016, p. 267)

A ideologia proibicionista está sendo disseminada mesmo com a comprovação da sua falácia em vários aspectos. Com isso todos aqueles indivíduos que têm contato com as

substâncias psicoativas sofrem com a forma que o Estado enfrenta essa realidade. A propagação da mídia torna-se um veículo de comunicação da própria burguesia para cada vez mais colocar como unicamente possível a resolução de problemáticas na forma como os governos de perspectiva neoliberal tentam agir, com a crise estrutural cada vez mais patente dando impulso da legitimação do “moralismo, fascismo, irracionalismo” para legitimar governos cada vez menos democráticos (BRITES, 2017, p. 117).

2.3 - Uso de psicoativos na trajetória universitária: análise sobre o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto

As substâncias psicoativas têm suas complexidades por si só. Essas somadas ao ser social expandem ainda mais tal complexidade. Tentar compreender a relação do indivíduo com essas substâncias é algo muito específico, já que envolve uma particularidade em maneiras de atender necessidades individuais e/ou coletivas. A complexidade da escolha individual perpassa o uso como algo não somente pela existência dessa substância, mas também pela relação com a política, economia, moral, estética, que inserem o indivíduo à sociedade. (BRITES, 2017)

Várias motivações podem ser explicitadas dentro da individualidade do uso de SPAs. Atualmente o uso terapêutico é uma dessas particularidades. As motivações mais diversas podem ser pensadas e aqui para nós muitas delas são importantes ao se discutir o momento em que estão inseridos os sujeitos aqui discutidos: a Universidade Pública Federal. Neste universo, manter uma cobrança sobre perspectiva de futuro com a inserção no mercado de trabalho traz em si mais amplitude com relação aos caminhos de conseguir melhorar desempenho, tratar problemas psicológicos, esquecer problemas financeiros, dentre outros.

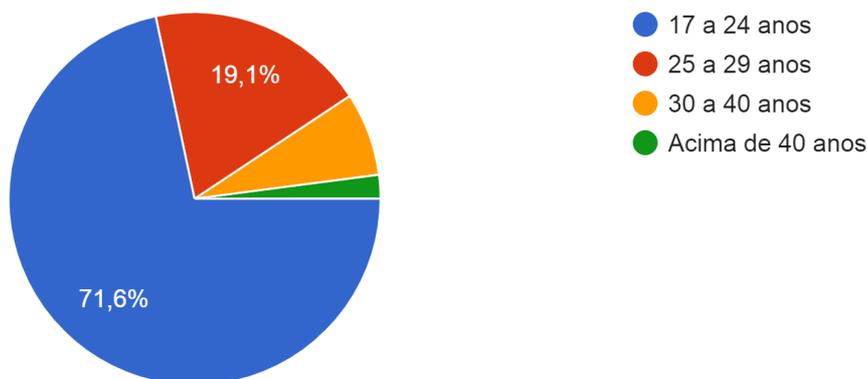
Na base de tais motivações, podemos encontrar necessidades sociais diversas, como alívio de sofrimento, medidas profiláticas, alteração da consciência e da percepção da realidade, desinibição de sentidos e sentimentos, melhoria no desempenho de inúmeras atividades que comportam expectativas sociais (profissionais, sexuais, de aprendizagem, esportiva, artística). (BRITES, 2017, p. 44)

Na ideia de proporcionar um recorte com relação ao uso de psicoativos nas diversas realidades o público universitário foi levantado como pertinente por trazerem uma realidade afetada por cortes orçamentários e cerceamento de direitos no que tange o ensino público federal. Para isso buscou-se analisar, a partir de um questionário, a interação com as substâncias psicoativas dos discentes da Universidade Federal de Ouro Preto, campus ICSA, e suas percepções com relação ao uso e suas justificativas. Dos 1461 alunos para os quais foi

encaminhado a pesquisa, 218 pessoas responderam ao questionário. Sendo nosso universo amostral de 15% de participantes, sendo os 218 nosso relativo de 100%.

Buscou-se traçar o perfil dos universitários participantes da pesquisa e foi apreendido que majoritariamente, 71,6%, têm entre 17 e 24 anos, constatação que teve correspondência com o I Levantamento Nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras que mostra evidencia este percentual de 58% dos entrevistados com faixa etária entre 18 e 24 anos (BRASIL 2010). Também entra assume coerência com a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais produzido pelo FONAPRACE e a ANDIFES em maio de 2019, que mostra a porcentagem de 67,9% dos graduandos nessa faixa etária.

Gráfico 1 - Faixa etária dos discentes



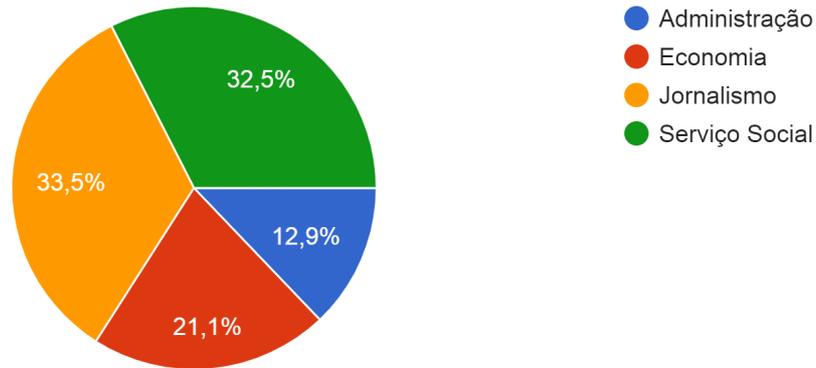
Fonte: Dados levantados na presente pesquisa. (Elaboração própria)

Na presente pesquisa, identificou-se que 73,2% dos estudantes residem em Mariana, porém suas naturalidades variam em mais de 40 municípios brasileiros divididos entre os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, dentre outros. No quesito identidade de gênero, 56,2% identificam-se como mulher (cisgênera), o que possui alinhamento com a pesquisa do FONAPRACE/ANDIFES que relata a maior presença de mulheres nas universidades federais.

No Instituto de Ciências Sociais Aplicadas onde foi aplicado o questionário existem quatro cursos de graduação, sendo eles: Administração, Economia, Jornalismo e Serviço

Social, cujo levantamento de percentuais de participação entre os cursos pode ser visto abaixo.

Gráfico 2 - Porcentagem de participantes por curso do ICESA/UFOP

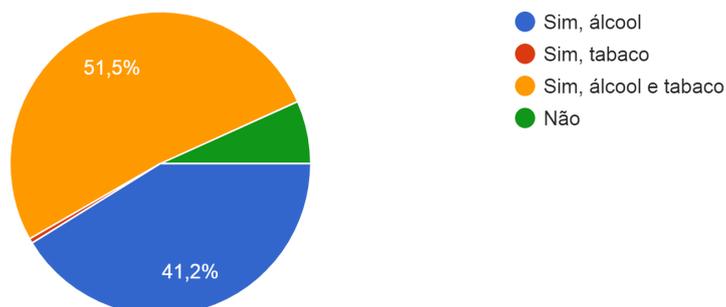


Fonte: Dados levantados na presente pesquisa. (Elaboração própria)

Dentre os cursos listados, 32% dos participantes se encontram no oitavo período de graduação, ingressando majoritariamente entre 2015 e 2016 na universidade (24,7% e 23,7% respectivamente). A forma de moradia na cidade variou entre 29,9% em Repúblicas Particulares e 9,8% em Repúblicas Federais, que são as custeadas pela Universidade. Realidade essa que vai de encontro à assistência estudantil no quesito de habitação, já que um número relativamente reduzido de estudantes tem acesso a esse recurso.

Com relação ao uso de substâncias psicoativas os números foram de encontro com as pesquisas e levantamentos feitos no país e já problematizados no decorrer deste estudo. O uso de álcool e tabaco tiveram os maiores percentuais de uso, representando 51,5% que já fizeram ou fazem uso das duas substâncias conforme evidenciado no gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 - Uso de álcool e tabaco



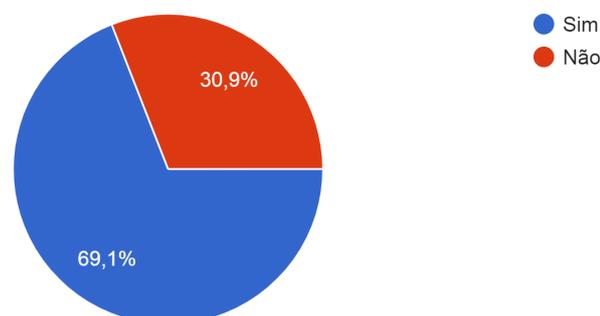
Fonte: Dados levantados na presente pesquisa. (Elaboração própria)

Os índices vão ao encontro do I Levantamento da SENAD, que mostra que a porcentagem do uso de álcool e tabaco representam os maiores níveis com relação ao uso na vida pelos universitários. Com relação ao álcool a porcentagem mostra que no ano de 2010 o uso de álcool nos últimos 30 dias da relacionada pesquisa tinha sido feito por 60,5% dos entrevistados e o de tabaco nos últimos 30 dias foi de 21,6%. O que leva à reflexão novamente sobre para quais substâncias o proibicionismo tem sua função conforme levantado e problematizado no item 2.2 deste trabalho.

A frequência do uso das substâncias lícitas, aqui analisadas o álcool e tabaco, foram registrados e puderam ser analisados que a recorrência do uso dá-se, em maior parte, nos finais de semana com 32% dos participantes e 7,2% fazendo uso diariamente dessas substâncias. Majoritariamente o uso foi feito a primeira vez com amigos constituindo 69,6% dos participantes, e em segundo lugar com familiares, 20,6%. A idade que experimentou-se a primeira vez tem uma variação de 12 a 18 anos para o álcool e 17 aos 22 anos para o tabaco. O primeiro ambiente de experimentação dessas substâncias foram registrados com os três maiores percentuais em festas (42,8%), na rua (18,6%) e em casa (18,6%).

Sobre o uso de substâncias ilícitas, os dados da pesquisa apresentam-se em consonância, mais uma vez, com os levantamentos e pesquisas brasileiras. As pesquisas mostram que 49% dos estudantes analisados pelo FONAPRACE/ANDIFES (2009) já fizeram uso na vida de substâncias ilícitas, sendo relatada que na maioria das vezes essa substância é a maconha. O universo amostral da pesquisa em questão não mostrou diferenças com o I Levantamento (SENAD 2009).

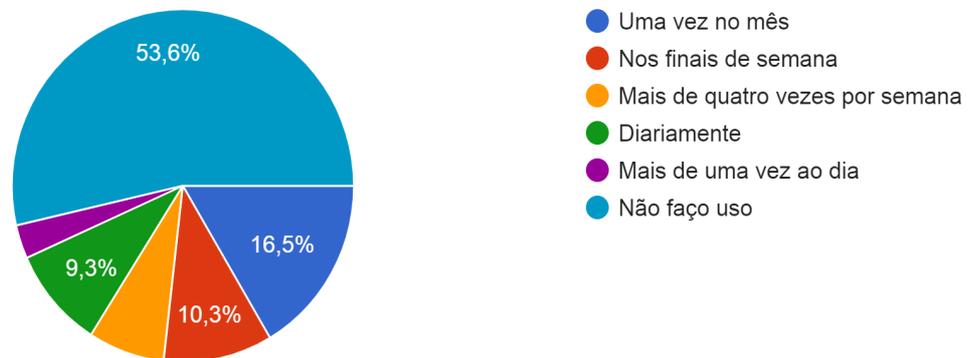
Gráfico 4 - Uso de substâncias ilícitas



Fonte: Dados levantados na presente pesquisa. (Elaboração própria)

Com relação à idade de experimentação foi analisado que obteve uma variação entre 13 e 24 anos, idade próxima da primeira vez do uso de álcool. Sobre com quem foi a primeira experiência de uso, 62,4% registraram que deu-se com amigos, sendo 121 pessoas do total analisado. Sobre a frequência de uso atual, 53,6% responderam que não fazem mais uso das substâncias, evidenciando que a permanência de uso de substâncias ilícitas não se realizou na vida dos participantes da pesquisa.

Gráfico 5 - Frequência do uso de substâncias ilícitas



Fonte: Dados levantados na presente pesquisa. (Elaboração própria)

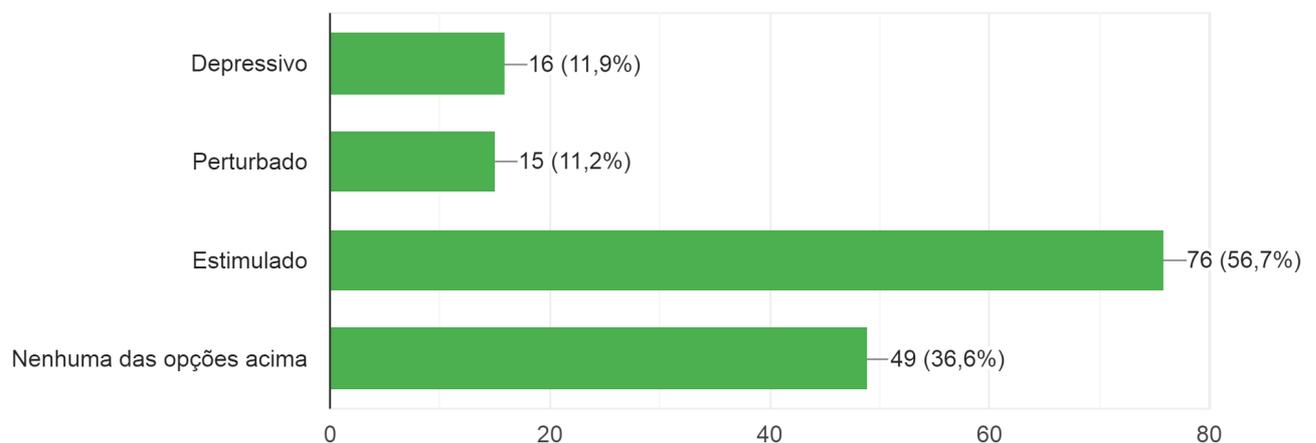
As drogas podem ser classificadas de acordo com seu efeito no Sistema Nervoso Central (SNC). Essa classificação divide as drogas entre depressoras, estimulantes e perturbadoras. Das drogas depressoras temos o álcool como um exemplo categórico. O álcool entra no Sistema Nervoso Central e no primeiro momento tem um efeito estimulante e em seguida depressor. É uma das substâncias psicoativas legalizadas mais usadas e a que primeiro é introduzida na vida dos sujeitos. Outro exemplo de drogas depressoras são os tranquilizantes (benzodiazepínicos), a heroína e outras (CEBRID, 2012).

Já as drogas estimulantes causam uma aceleração nos processos psíquicos do SNC, entre elas temos o tabaco, outra droga legalizada e que tem uma grande frequência de uso em todo o país constituindo-se uma relevante questão de saúde pública. Outros exemplos muito conhecidos são a cocaína e derivada dela o crack, sendo a última um dos alvos mais frequentes das ações de suposta guerra às drogas (CEBRID, 2012).

Das drogas perturbadoras o efeito é de distorção das percepções, podendo causar delírios e alucinações, sendo as mais conhecidas a maconha, substância essa que divide opiniões com relação à sua legalização, o LSD, popularmente conhecido como “doce”, e o êxtase, vulgarmente chamado de “bala” (CEBRID, 2012). As substâncias psicoativas podem produzir reações diversas entre os indivíduos, podendo ser inofensivas e oferecer poucos riscos ou potencializar e causar prejuízos em grande escala. Muitas das vezes a reação na qual o corpo experimenta a droga traz uma percepção primária de que a maioria das substâncias tem um efeito estimulante, porém a circulação delas pelo SNC levam a determinados efeitos mais presentes. Abaixo temos o exemplo de como os estudantes entendem os efeitos das determinadas substâncias no organismo.

Gráfico 6 - Efeitos sentidos após o uso de substâncias

Fonte: Dados levantados na presente pesquisa. (Elaboração própria)



Dos estudantes participantes da pesquisa, 26,9% fazem algum tipo de acompanhamento psicológico, sendo que destes, 7,7% disseram que uma das motivações para a procura do auxílio psicológico foi motivada para lidar com algo relacionado ao uso de substâncias psicoativas. Essa reflexão aponta em como as substâncias podem ser usadas para administrar problemas subjetivos, que não devem ser generalizados, como discutido no item 2.2 sobre o proibicionismo e a ideia de que as “drogas” são um “tabu” na sociedade. (DENADAI; GARCIA, 2016).

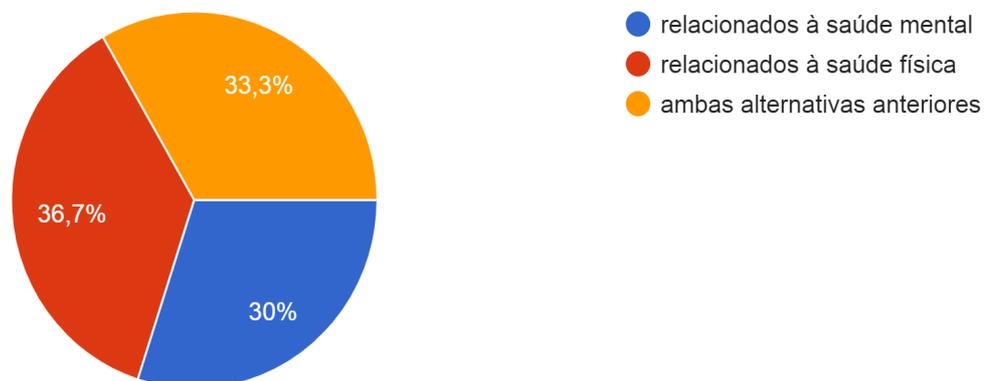
Sobre as subjetividades, foram analisadas as frequências com que os estudantes percebem seu uso e as principais motivações. Sobre o uso de substâncias ilícitas, a variação entre um uso ocasional e frequente teve baixa variação, classificando o uso próprio em ocasional com 45,5% e frequente 41%. Nas drogas ilícitas, verificou-se um maior número de

pessoas que não fazem mais uso, sendo de 24,6%, enquanto das lícitas somente foi registrado 4,5% que não fazem uso. Com isso, o uso ocasional também registrou 45,5%, porém o uso frequente reduz para 23,9%, 17,1% a menos que o comparado com as substâncias lícitas.

Acerca da frequência do uso, 68,7% dos participantes apontam ficar cerca de um mês sem fazer uso. Isto é, a maioria do uso não pode ser classificado realmente como excessivo, já que os registros entre os que classificam seu uso em substâncias lícitas e ilícitas foi de 7,5% e 2,2% respectivamente.

Aos prejuízos à saúde, seja física ou mental, a maioria, isto é 53,7%, analisa que o uso não trouxe nenhum prejuízo, 23,9% talvez e 22,4% afirmam que sim, tiveram prejuízos. A pergunta que segue relaciona-se com aqueles que responderam Sim e Talvez sendo perguntado sobre em que área, física ou mental, o prejuízo foi percebido, conforme ilustrado no gráfico 7.

Gráfico 7 - Prejuízos na saúde física e/ou mental a partir do uso de substâncias



Fonte: Dados levantados na presente pesquisa. (Elaboração própria)

Os danos à saúde afetam diretamente a vida dos estudantes em todas as esferas. Como defendido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil têm-se a garantia à saúde como premissa, porém quando os assuntos que afetam a saúde estão emaranhados no uso de substâncias psicoativas, as Universidades do Brasil desenvolvem poucos programas e projetos voltados à temática. O I Levantamento do uso de drogas por universitários produzido pelo FONAPRACE/ANDIFES, mostra que

(...) apenas 28,0% das instituições participantes relataram ter desenvolvido alguma modalidade de programa/projeto referente à prevenção e/ ou orientação e/ou assistência de seus alunos no que se refere à temática em questão. Dessas, apenas sete encaminharam os respectivos programas para análise, dos quais apenas um único programa especificou a necessidade de implementação de componentes curriculares que contemplassem ações participativas e de educação preventiva do uso de drogas com seus alunos. (FONAPRACE/ANDIFES, 2009 p. 214)

O uso de substâncias psicoativas variam de motivações e justificativas para cada sujeito. A fim de tentar sublinhar algumas dessas motivações relacionadas no cenário no qual os participantes estão inseridos, qual seja a Universidade, foram feitas algumas perguntas nesse sentido. A avaliação com relação ao aumento do uso após ingresso na Universidade foi afirmada positivamente tanto com relação às substâncias lícitas e ilícitas, com 65,7% e 50%, respectivamente. Outra pergunta foi se os participantes avaliavam que o ambiente universitário contribuía ou não para o uso de substâncias psicoativas e o resultado foi de que 72,4% dos estudantes avaliam que sim. Aos que responderam positivamente ficou a pergunta da justificativa dessa contribuição. Diversas respostas surgiram, sendo algumas bem pertinentes de serem observadas, pois reforçam a urgência do tema e a necessidade de se pensar suas implicações à trajetória acadêmica conforme se propõe a presente pesquisa. As mais presentes foram: pressão, estresse, interação social, alívio de ansiedade, alívio de diversos problemas como financeiros, de nota, de perspectiva de futuro após a graduação, solidão e até mesmo analisado como uma “cultura das universidades”.

“O elevado nível de estresse gerado pelo modelo acadêmico de ensino e avaliação leva o discente a procurar diversos caminhos para recuperar o equilíbrio de seus sentimentos ou simplesmente sair daquela imersão do ambiente acadêmico. Assim como o uso de drogas ilícitas impacta de forma positiva ou não depende do indivíduo analisado e suas experiências, nem todos os que se encontram nesse adoecimento mental buscam as drogas ilícitas como amenizador dos problemas, ela simplesmente faz parte da Cultura Universitária e também da faixa etária média dos discentes.”

“Porquê normalmente as pessoas vivem cercados de pessoas e ao mesmo tempo muitos sozinhas. Pois as relações que são desenvolvidas são extremamente superficiais, e ficar longe de pessoas importantes é difícil, não que isso seja o caso de todas as pessoas. Também as cobranças, pressões, assédio (moral e físico); enfim,

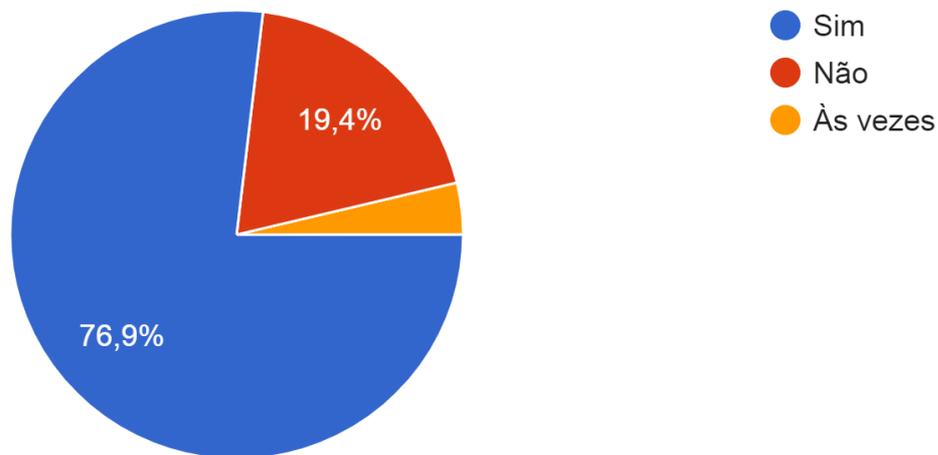
todas as formas de violências que são representadas nas relações entre professores e alunos contribui para o uso de tais substâncias. O racismo e preconceito de alunos para alunos também não deve ser deixada de lado. MT do alunos fazem "discurso" e posicionamentos "politicamente correto" dentro das salas de aula, desrespeitando são colegas na vida pós universidade. Por fim, não existe apenas um situação que leva uma pessoa ao uso de psicoativos.”

“O ambiente universitário acaba colocando muita pressão em mim, as relações com as pessoas, o fato de estar "sozinha" e ter que me virar, uma serie de fatores me leva ao uso de substâncias psicoativas, porque acaba funcionando como uma válvula de escape, algo que alivia (momentaneamente) a pressão e a carga.”

“Acredito que o ambiente acadêmico não tenha nenhum tipo de acolhimento e humanização. A academia não tem a capacidade de enxergar os alunos com suas subjetividades e características, existe um discurso acerca da saúde mental porque um suicídio de um universitário compromete a UFOP, mas na verdade tanto os professores quanto outros funcionários não têm a habilidade e sensibilidade necessários para auxiliar e compreender as situações dos alunos. Para além disso há a sobrecarga de trabalho, condições de moradia e financeiro precárias (que contribuem para a precariedade da vida em geral, alimentação, higiene pessoal, etc.), a convivência com muitas pessoas diferentes em situações diferentes então é um processo de expansão da consciência e assimilação sociocultural muito grande, muita informação e pouco diálogo a respeito disso. A Universidade cobra dos alunos que produzam, façam, mas não existem programas para ensiná-los a fazer isso, se o estudante não for proativo ou não tiver habilidades de socialização ele fica completamente fora dos programas acadêmicos (como Projetos de Extensão, PET, C.A's, Iniciação Científica, Congressos, etc.). Existem diversas questões que minam a confiança e autoestima dos jovens em Mariana e no ICISA, os próprios alunos se julgam e se observam o tempo inteiro, há um controle social em um ambiente em que "pregam a liberdade"...”

Observam-se as semelhanças e diferenças com relação às motivações, já que essas partem de uma subjetividade como observado anteriormente. A recorrência de respostas com relação ao uso de substâncias para aliviar tensões, ansiedade e outros derivados alinha-se à pergunta sobre a necessidade do uso de substâncias para administrar sensações e sentimentos desse tipo, tendo sido afirmada por 76,9% dos participantes. As substâncias mais citadas para esse fim foram bebidas alcoólicas, cigarro e maconha, tendo somente 6 citações com relação à cocaína. A necessidade de socializar também foi levada em consideração, já que 50% dos entrevistados já sentiu necessidade de usar substâncias com essa finalidade.

Gráfico 8 - Uso de substâncias para aliviar tensões, ansiedades, aflições.



Fonte: Dados levantados na presente pesquisa. (Elaboração própria)

A complexidade que envolve a temática das substâncias psicoativas precisa encontrar um ambiente no qual possa ser exposta, desenvolvida e analisada essa constância na forma em que os estudantes possam realmente ter dentro da universidade um crescimento nas mais diversas ordens, sejam elas pessoal, intelectual e outras, sem que para isso haja contrapontos em sua saúde mental e física, já que foi analisado também nesta pesquisa que 62% estudantes dedicam de 6 a 8 horas do seu dia exclusivamente para demandas e atividades da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As substâncias psicoativas passam por diversos enfrentamentos dentro da sociedade. As análises feitas puderam levar à constatação da relação desse uso pautada numa sociedade de classes, que enfrenta suas problemáticas de forma repressiva e conservadora. As

Universidades Federais também enfrentam os rebatimentos da atual conjuntura com os diversos cortes orçamentários e cerceamento de direitos e a iminência cada vez mais patente do fim da garantia de uma educação superior pública, gratuita e de qualidade.

O uso de “drogas” na sociedade capitalista sob o ideário neoliberal passa a ser encarado cada vez mais pela ideologia do proibicionismo, mesmo que esse já tenha sido constatado como uma falácia, já que o seu objetivo geral, que é a diminuição da oferta e da demanda, não é atingido. A necessidade de legitimação de uma intervenção cada vez mais repressiva com relação ao uso e comercialização de substâncias psicoativas sem de fato problematizar suas raízes e fundamentos reproduz cada vez mais o caráter conservador do atual governo. A particularidade do capitalismo dependente que vivemos no nosso território reforça com maior profundidade a ideologia do proibicionismo, já que desde a fundação das relações capitalistas aqui engendradas prevalece a heteronomia e dependência em face dos países capitalistas centrais. Com isso, procurar reproduzir a nível interno práticas e ideologias advindas desses países tornou-se uma prática recorrente em nosso território. Um exemplo é o como os estados Unidos da América sempre foram referência nessa perspectiva de “guerra às drogas” sem pensar nas singularidades que sempre existiram nos territórios que muitas vezes participavam das diversas convenções sobre a temática, reproduzindo práticas muito distantes da possibilidade de serem implementadas no território.

A mídia comoreprodutor dessa sociabilidade faz o seu papel e associa cada vez mais o uso e comercialização de drogas com as camadas populares, ainda que o circuito do consumo atravesse as mais distintas classes sociais, atingindo de trabalhadores à burguesia.

O enfrentamento da problemática deve ser vinculado e encarado como uma questão de saúde pública, carecendo ser desmistificado e incorporado nas múltiplas perspectivas de direitos, como a assistência social, que se defronta muitas vezes com demandas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas, porém sem perspectiva de direitos vinculados para esses usuários. As comunidades terapêuticas estão em pauta no momento atual, em que o governo adere ao método de abstinência como tratamento para enfrentamento dessa problemática em instituições orientadas pela matriz religiosa. As mesmas recebem o incentivo financeiro em detrimento da defesa da perspectiva de redução de danos, que já obteve muito êxito e é apoiada por diversos estudiosos da temática que entendem que o tratamento da dependência química não pode generalizar-se no modo da abstinência. As comunidades terapêuticas tem majoritariamente essa forma como a principal de tratamento e relaciona-se com a religião, o que evidencia com maior peso a contradição na relação com a laicidade do Estado. Este modo de tratamento muitas vezes não carrega a perspectiva do direito individual do sujeito. A

liberdade, o contato com familiares, as necessidades individuais muitas vezes não são garantidas aos usuários. Entender a totalidade do uso e até mesmo da comercialização das “drogas” são de extrema importância, a vinculação com saúde mental, com dificuldade de acesso a direitos, com dificuldades financeiras, dentre outros são aparentes e presentes na realidade.

O recorte feito no campus ICSA da Universidade Federal de Ouro Preto demonstrou, a partir do levantamento dos dados, que o uso de substâncias psicoativas tem uma consonância em questão de idade como os levantamentos já feitos e as motivações apresentaram-se as mais diversas. A ansiedade, tensão, cobrança com relação ao futuro profissional ou excelência nas atividades relacionadas à graduação foram alguns pontos retratados como justificativa da recorrência do uso de substâncias psicoativas nas universidades. A associação da dificuldade do ambiente universitário a partir dos cortes orçamentários que atingem, por exemplo, o programa de assistência estudantil, tem rebatimentos diretos na permanência e na qualidade de vida dos estudantes. No I Levantamento Nacional Sobre O Uso De Álcool, Tabaco E Outras Drogas Entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras foram relatados que de 100 Institutos de Ensino Superior, somente 27 tem algum projeto/programa com relação à prevenção ou enfrentamento do uso de substâncias psicoativas (2010).

No Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFOP não tem nenhum projeto/programa que discute essa problemática. O auxílio psicológico é parco e feito por uma única profissional de psicologia. Os participantes da pesquisa relacionaram que em alguns casos existe a necessidade desse auxílio psicológico para enfrentamento de situações ligadas ao uso de SPAs, o que volta a necessidade de ações com equipes multiprofissionais, já que as demandas são de diversas ordens, para melhor auxiliar esses sujeitos em sua trajetória acadêmica. O desconhecimento também acontece em um ambiente em que se cria conhecimento. Manter o distanciamento com relação ao assunto é algo que as universidades são incentivadas por estarem inseridas nessa sociabilidade e pelos diversos cortes que as pesquisas e projetos de extensão vêm sofrendo, o que não viabiliza e motiva o aprofundamento e desenvolvimento de pesquisas na área.

Na atual sociabilidade a produtividade e a inserção no mercado de trabalho é algo cada vez mais cedo cobrado. Isto acarreta a pressão excessiva, principalmente dos estudantes de graduação, que enfrentam cargas excessivas de pressão familiar e da sociedade, além do sentimento de solidão por estarem longe da cidade de origem como mostrado na pesquisa. A inserção no mercado de trabalho e a necessidade de atingir metas consideradas pelo senso

comum como aceitáveis não levam em consideração as subjetividades dos indivíduos, suas particularidades, relações familiares, origem, cultura, associando que todos devem cumprir as mesmas metas produtivas que na verdade são cada vez mais desfavoráveis à saúde mental dos sujeitos.

A intervenção dos assistentes sociais na relação dos sujeitos com as substâncias psicoativas é de suma importância. Além da presença desses profissionais nas universidades, principalmente na Assistência Estudantil, existe a intervenção nas mais diversas ordens como na saúde, na assistência social, na educação básica e média, na iniciativa privada e até mesmo em comunidades terapêuticas. A intervenção muitas vezes é pautada em ações em situações já ocorridas e não com a perspectiva de prevenção. Na política de assistência social a população em situação de rua muitas vezes constitui o público que se apresenta relacionado a tal demanda, bem como nos CAPS que trabalham a intervenção em Álcool e outras drogas. Na educação média e básica a relação com a política de uma educação muitas vezes reprodutora da sociabilidade capitalista acaba trabalhando a partir do proibicionismo, com o medo e o distanciamento com as substâncias psicoativas. Já na iniciativa privada muitos profissionais vinculam-se no momento que os trabalhadores deixam de atingir metas propostas pelas empresas.

Diante do exposto, cumpre notar o lugar que as substâncias psicoativas assumem na ordem burguesa ao reforçar o controle a partir do Estado e também de tudo aquilo que o Estado consegue influenciar, como a mídia. A necessidade de discutir sobre as SPAs, suas legalidades e ilegalidades, torna-se premente e extremamente pertinente, especialmente num contexto em que o reforço ao proibicionismo ratifica um país que encontra-se regredindo na perspectiva do direito e caminhando para um conservadorismo extremo. Com isso vários segmentos da sociedade terão rebatimentos diretos em suas vidas. Os estudantes do ensino superior estão cada vez mais adoecidos com a instabilidade das universidades e as cobranças para a inserção no mercado de trabalho que oferece cada vez menos espaço para absorção da mão de obra qualificada disponível. Os profissionais do Serviço Social perfazem igualmente um segmento que sente esses rebatimentos, cujos retrocessos podem ser percebidos no reforço da lógica filantrópica para lidar com questões que integram o universo dos direitos sociais, assim reconhecidos após muita luta e organização coletiva. Manter-se em defesa do projeto ético-político da profissão é uma necessidade histórica pautada pela defesa da laicidade da profissão, das práticas comprometidas e seu norteamto teórico dentro de ações críticas.

A dinâmica cada vez mais perversa e adoecedora da sociedade capitalista entra em conflito com a classe mais necessária para o modo de produção adotado: a classe

trabalhadora. A necessidade de lutar por manter aquilo que já foi conquistado está cada vez mais urgente, tempos estes duros e sombrios em que precisamos defender o óbvio como liberdade, laicidade do Estado, educação pública de qualidade, direitos trabalhistas, saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Roseane de Almeida. A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. Política Social: fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005, De 25 De Junho De 2014 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 10 de nov. de 2018

BRASIL. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Decreto Nº 6.096, De 24 De Abril De 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Relatório brasileiro sobre drogas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP; organizadores Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempliuk e Lúcia Pereira Barroso. – Brasília: SENAD, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. O Programa - PROUNI. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 05 de Setem. de 2018

BRASIL. Ministério da Educação. O que é o REUNI. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 03 de agosto de 2018

BRITES, Cristina Maria. Psicoativos(drogas) e serviço social: uma crítica ao proibicionismo. São Paulo: Cortez, 2017.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS CEBRID. Livreto Informativo Sobre Drogas Psicotrópicas. Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina, 2012.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília: CFESS, 2013 (páginas 1-65). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 15 setem. de 2018

DALLAGO, Cleonilda S. T. Relações de trabalho e modo de produção capitalista.. In: SEMINARIO DE SAUDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 7., 2010, Franca. Unesp Franca, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000112010000100001&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 08 mar. 2019.

DE FREITAS, Renata Martins. Ciência E Relações Sociais No Capitalismo: Elementos Para O Debate. In: Revista Sociais & Humanas - Vol. 30 / Nº 2 - 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/23872/pdf> . Acesso em: 08 mar. 2019.

DENADAI, M. C. V. B. ; GARCIA M. L. T. V. O Serviço Social e a temática droga. Sociedade em Debate, Pelotas, Rio Grande do Sul. v. 22 nº 1. p. 261-289, 2016 .

DE PAULA, Maria de Fátima Costa. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00301.pdf>>. Acesso em: 03 de nov. de 2018

DUARTE, Danilo Freire. Uma Breve História do Ópio e dos Opióides. Revista Brasileira de Anestesiologia Vol. 55, Nº 1, Janeiro - Fevereiro, 2005

FIORI, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. In: Novos Estudos, nº 92, p. 9-21, março 2012. São Paulo: CEBRAP, 2012.

_____. Uso de drogas: Substâncias, sujeitos e eventos. Tese (Doutorado) - Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **Revista Brasileira de Educação**. V.16. n. 46. Jan/abr 2011.

G1 GRANDE MINAS. Mulher é estuprada pelo ex-companheiro após fazer uso de drogas com ele, em Montes Claros. Globo, junho de 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2019/06/13/mulher-e-estuprada-pelo-ex-companheiro-apos-fazer-uso-de-drogas-com-ele-em-montes-claros.ghtml>>. Acesso em: 13 de Junho de 2019

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 23 de setem. de 2018

INEP. Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa. O que é IDEB?, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/ideb>>. Acesso em: 03 de mar. de 2018

LEHER, Roberto. Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação. **Marxismo 21**, 2014 (páginas 1-23). Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. *R. Katál. Florianópolis*, v.16, n. 2. P. 258-267, jul./dez. 2013.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. O Significado Social Dos Usos De Drogas No Brasil: Desafios Para O Trabalho Do Serviço Social. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS)*, 2018. Espírito Santo.

_____ Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ, 2009

MARTINS Carlos Benedito A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.* vol.30 no.106 Campinas Jan./Apr. 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002>. Acesso em: 25 de fev. de 2019

MOTA, A. E. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (org.) O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

OPAS Organização Pan-Americana de Saúde. Folha informativa - Tabaco. março, 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5641:folha-informativa-tabaco&Itemid=1097. Acesso em: 3 jun. 2019.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. SER Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma Perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? Katálysis. v. 9 n. 2 p. 166-175. jul./dez. 2006 Florianópolis, Santa Catarina.

PEREIRA, Gênesis Oliveira. Os Valores e a Moralidade presentes na legislação brasileira sobre drogas: uma análise ontológica sobre os dilemas entre o proibicionismo, antiproibicionismo e o abolicionismo penal / Gênesis de Oliveira Pereira. – Rio de Janeiro Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social 2015

PRUDENCIO, Juliana D. L.; SENNA Mônica de C. M. Retrocessos na atenção a usuários de álcool e outras drogas. Argum., Vitória, v. 10, n. 3, p. 79-93, set./dez. 2018.

RESTREPO, Andrés López, “Ilusiones defraudadas: auge y caída del comercio legal de coca y cocaína en los países andinos”, Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura 45.2 (2018): 233-260.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 1993, n.4, pp.15-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 03 de mar. de 2019

ROMANO, Giovanna. Prefeitura de SP quer multar quem fumar maconha ou crack nas ruas. Veja, Editora Abril. Brasil, 01 de maio de 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/prefeitura-de-sp-quer-multar-quem-fumar-maconha-ou-crack-nas-ruas/>>. Acesso em: 15 de jun. de 2019

UFOP. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. 2015. Disponível em: <https://www.prace2.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gestao_2015.pdf>. Acesso em: 03 de mai. de 2019

WALDOW, Carmen. As Políticas Educacionais Do Governo Dilma, A Formação Para O Trabalho E A Questão Do Pronatec: Reflexões Iniciais. Florianópolis, outubro, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1765-0.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2019

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) cujo título é “Uso de psicoativos na graduação: uma análise sobre a realidade do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto”. A pesquisa tem como objetivo analisar o uso de substâncias psicoativas pelos discentes do

ICSA visando problematizar os desdobramentos deste uso no processo de formação acadêmica nos marcos da sociabilidade capitalista. A sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de respostas às perguntas presentes neste questionário contendo questões objetivas e dissertativas. A pesquisa em questão não oferece riscos maiores aos envolvidos do que os existentes na vida cotidiana e respeita os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais em consonância com o inciso I, parágrafo único, Art. 1º da Resolução nº 510 CONEP.

Ao participar, você estará contribuindo significativamente para a produção do conhecimento acerca da temática em foco.

Ressalta-se que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. A realização dos procedimentos e a utilização dos dados da presente pesquisa serão utilizados para fins didáticos, pesquisa acadêmica e de divulgação científica, onde o sigilo e o anonimato dos envolvidos serão primordialmente garantidos.

Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, solicita-se entrar em contato a qualquer momento com a pesquisadora principal pelo e-mail marianavs00.mv@gmail.com.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

1- Idade

- 17 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 a 40 anos
- Acima de 40 anos

2- Naturalidade?

3- Reside em Mariana?

Sim
Não

4- Qual sua identidade de gênero?

Mulher (Cisgênera
Homem (Cisgênero)
Mulher Transexual/Transgênera
Homem Transexual/ Transgênero
Não-Binário
Outros

5- Está matriculado em qual curso no campus ICESA da UFOP?

Administração
Economia
Jornalismo
Serviço Social

6- Se encontra em qual período da Graduação?

1º período
2º período
3º período
4º período
5º período
6º período
7º período
8º período

7- Em qual ano ingressou na Graduação?

2019
2018
2017
2016
2015
2014
2013
2012

8- Reside em qual forma de moradia?

Sozinho
Familiars
Com amigos
República Particular
República Federal

9- Já fez ou faz uso de drogas lícitas na vida? (Ex: álcool e/ou tabaco)

Sim, álcool
Sim, tabaco
Sim, álcool e tabaco
Não

10- Se sim, com qual idade experimentou pela primeira vez?

11- Em qual local experimentou pela primeira vez?

Em casa
Em festas
Festas Universitárias
Na rua
Nenhuma das opções acima

12- Com quem experimentou pela primeira vez?

Familiars
Amigos
Desconhecidos
Sozinho
Não faço uso

13- Com qual frequência você faz uso de substâncias lícitas?

Uma vez no mês
Uma vez por semana
Nos finais de semana
Mais de quatro vezes por semana
Diariamente
Mais de uma vez ao dia
Não faço uso

14- Já fez ou faz uso de drogas ilícitas na vida?

Sim
Não

15- Se sim, com qual idade experimentou pela primeira vez?

16- Em qual local experimentou pela primeira vez?

Em casa
Em festas
Festas Universitárias
Na rua
Nenhuma das opções acima

17- Com quem experimentou pela primeira vez?

Familiares
Amigos
Desconhecidos
Sozinho(a)
Não faço uso

18- Com qual frequência faz uso de substâncias ilícitas?

Uma vez no mês
Uma vez por semana
Nos finais de semana
Mais de quatro vezes por semana
Diariamente
Mais de uma vez ao dia

19- Quando faz uso de substâncias psicoativas se sente como?

Depressivo
Perturbado
Estimulado
Nenhuma das opções acima

20- Faz algum tipo de acompanhamento psicológico?

Sim
Não

Se sim, a procura por acompanhamento psicológico foi motivada para lidar com algo relacionado ao uso de substâncias psicoativas?

Sim
Não
Essa foi uma das razões

21- Quanto ao uso de substâncias lícitas, como você classifica seu uso?

Ocasional
Frequente
Excessivo
Nenhuma acima
Não faço uso

22- Quanto ao uso de substâncias ilícitas, como você classifica seu uso?

Ocasional
 Frequente
 Excessivo
 Nenhuma acima
 Não faço uso

23- Na sua concepção o uso de psicoativos trouxe algum prejuízo à sua saúde?

Sim
 Não
 Talvez

Se sim, os prejuízos foram?

Relacionados à saúde mental
 Relacionados à saúde física
 Ambas alternativas anteriores

24- Você considera que o uso das substâncias já causou a você:

Irritabilidade
 Sentimento de Frustração
 Diminuição da produtividade
 Ações violentas
 Nenhuma das opções acima
 Não faço uso

25- Por quanto tempo Você consegue ficar sem fazer uso de substâncias?

De um à três dias
 Uma semana
 Mais de uma semana
 Um mês
 Não faço uso

26- Você avalia que o ambiente universitário contribui para o uso de substâncias psicoativas?

Sim
 Não

Se sim, por quê?

27- Quanto tempo do seu dia é dedicado aos assuntos da Universidade?

4 horas
 6 horas
 8 horas
 10 horas
 12 horas

28- Você considera que seu uso de substâncias LÍCITAS aumentou ou diminuiu ao ingressar na Universidade?

Aumentou
 Diminuiu
 Permaneceu da mesma forma
 Não faço uso

29- Você considera que seu uso de substâncias ILÍCITAS aumentou ou diminuiu ao ingressar na Universidade?

Aumentou
 Diminuiu
 Permaneceu da mesma forma
 Não faço uso

30- Você já sentiu necessidade de sair de sala de aula para fazer uso de alguma substância psicoativa?

Sim
 Não
 Às vezes
 Não faço uso

Se sim, qual?(Ex: cigarros, bebidas alcoólicas, maconha, cocaína, etc...)

31- Já deixou de frequentar as aulas por estar sob efeito de alguma substância psicoativa?

Sim
 Não
 Às vezes

32- Sente necessidade de fazer uso de alguma substância para frequentar as aulas?

Sim
 Não

Se sim, qual?(Ex: cigarros, bebidas alcoólicas, maconha, cocaína, etc...)

33- Já fez ou faz uso de alguma substância para fazer provas/atividades avaliativas?

Sim
 Não

Se sim, qual?(Ex: cigarros, bebidas alcoólicas, maconha, cocaína, etc...)

34- Já fez ou faz uso de alguma substância para se concentrar nos estudos.

Sim
 Não

Se sim, qual?(Ex: cigarros, bebidas alcoólicas, maconha, cocaína, etc...)

35- Já fez ou faz uso de alguma substância para aliviar tensões, ansiedade, aflições?

Sim
Não

Se sim, qual?(Ex: cigarros, bebidas alcoólicas, maconha, cocaína, etc...)

36- Já sentiu necessidade de ingerir alguma substância para socializar?

Sim
Não